4
O Brasil e o Positivismo de Auguste Comte

> O passado, tempo angustioso e irremediavelmente perdido e informe, coloca para o presente, sempre móvel e infatigável, a necessidade de sua (re)invenção e da sua organização, na mesma medida da impossibilidade de alcançá-lo e conhecê-lo na sua inteireza e integridade (Naxara, 2004, p. 22)

4.1
Os antecedentes

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ficou conhecido na história como Marquês de Pombal, embora só tenha recebido esse título no final da vida, mais precisamente em 1769, aos 71 anos de idade, por serviços prestados ao Monarca e ao Estado português. Sua atuação, como chefe de estado e reformador, é de indiscutível importância para quem pensa em estudar o século XVIII, tanto em Portugal, quanto no Brasil.

É certo que não se tem aqui a pretensão de esgotar período tão complexo, controvertido e polêmico, como o que a historiografia convencionou chamar de "Época Pombalina". São discutidos, em linhas gerais, alguns pontos que servem de base para uma melhor compreensão dos antecedentes históricos que, de alguma forma, contribuíram para a influência que o Positivismo veio a ter, no século XIX, sobre terras brasileiras.

O início da carreira pública de Pombal foi como representante do Rei português na corte inglesa. Lá, ele permaneceu de 1739 a 1743. Pombal, freqüentador da *Royal Society*, em Londres,

> (...) resolveu investigar as causas, as técnicas e os mecanismos do poder britânico comercial e naval. No processo, conseguiu obter uma apreciação notavelmente sofisticada e detalhada da posição britânica. Os livros que acumulou na sua biblioteca londrina (em sua maioria edições francesas, já que não dominava o inglês) incluíam textos clássicos mercantilistas de autores como Thomas Mun, William Petty, Charles Davenant, Charles King, Joshua Child; relatórios selecionados sobre colônias, comércio, mineração, manufatura de tecidos de lã; tratados especializados em açúcar, tabaco, pesca; decretos parlamentares sobre comissão por tonelagem e por libra; regulamentos da Marinha Britânica; e, acima

> de tudo, uma grande concentração de trabalhos sobre as companhias britânicas de comércio (Maxwell, 1997, pp. 6-7).

Dando continuidade ao que podia ser chamada de uma carreira diplomática, Pombal foi indicado para servir na Europa central, mais precisamente na corte austríaca. Ele chegou em Viena, em 1745, lá permanecendo até 1749, quando foi chamado por Maria Ana da Áustria, esposa de Dom João V (1689-1750), durante a enfermidade fatal de seu marido, para exercer o cargo de Ministro em Lisboa (Idem, p. 4). Embora, tenha acreditado que sua ida para a Áustria se devesse a um planejamento deliberado para mantê-lo distante das questões comerciais, sua permanência nesse país

> deu um impulso decisivo à sua carreira. (...) Sua atividade na capital austríaca alcançou sucesso considerável, apesar de suas reclamações. Em Viena, a 'habilidade, probidade, amabilidade e, especialmente, a grande paciência' do enviado português conquistaram elogios da corte inteira (...) (Idem, p. 8)

Essa sua estada nas cortes inglesa e austríaca representou uma época de reflexão, estudo e observação, em que foram geradas as principais idéias que ele tentou por em prática quando assumiu o poder em Portugal, assim como foi um período fértil para estabelecimento de uma rede de influência e amizade que, mais tarde, seria útil na consecução de seus intentos. Dessa maneira, pode-se afirmar que

> (...) Pombal tomou posse com muita experiência diplomática, com um conjunto de idéias bem formulado e um círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes nas ciências, em especial dentro da comunidade dos expatriados portugueses, muitos dos quais haviam sido forçados a deixar Portugal por causa da Inquisição (Idem, p. 10).

Além disso, Pombal era um homem de sua época e de seu meio e suas preocupações

> também refletiam as de uma geração de funcionários públicos e diplomatas portugueses que haviam meditado muito sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas que acreditavam houvessem ocasionado o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha e fundamentaram dois aspectos distintos, mas inter-relacionados, do ambiente intelectual em Portugal no século XVIII. Primeiro havia uma base imediata de debates intensos sobre questões fundamentais ligadas à filosofia e à educação. Segundo, havia uma linha de pensamento sobre vários aspectos da economia política de Portugal (...) (Idem, ibdem).

No Brasil, durante muito tempo, o ouro sustentou o luxo e o esbanjamento da corte de Dom João V. Construíram-se igrejas, conventos e palácios, e a nobreza portuguesa vivia como se esse ouro nunca fosse terminar. Além disso, a

proteção inglesa, ainda que obtida com o custo de onerosos tratados e concessões comerciais, parecia garantir a estabilidade do Império Colonial, que tinha o Brasil como parte mais significativa.

Com a morte de Dom João V, em 1750, Dom José I (1714-1777) ocupou o trono de Portugal, que se encontrava em grave crise econômica, um país atrasado em relação às duas principais potências européias: França e Inglaterra. Para agravar a situação, como já dito, encontrava-se sob grande dependência econômica da Inglaterra que, em decorrência do Tratado de Methuen, de 1703, havia praticamente impedido o desenvolvimento da indústria manufatureira em Portugal, obrigando-o a comprar quase tudo daquele país. Assim, a maior parte dos lucros obtidos na colônia era transferida para os cofres ingleses. Dom José I, o novo soberano de Portugal, recebia, portanto, um custoso legado.

A fim de enfrentar as dificuldades que se apresentavam e, na opinião de muitos, tendiam a se agravar, Dom José I escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, para o cargo de Secretário de Estado – o que corresponderia hoje ao de Primeiro-Ministro. O Marquês de Pombal comandou a economia e a política portuguesa durante 27 anos, dos quais 21 com "mão de ferro". Isso porque, Portugal foi profundamente abalado por um terremoto, seguido de um maremoto, destruindo a cidade de Lisboa no ano de 1735. Por sua vigorosa atuação em reconstruir a cidade destruída e reordenar o império, Pombal ganhou o poder total do Rei. Logo no primeiro momento, diante de tais abalos, ele agiu prontamente e sem piedade para manter a situação sob controle, como relata Kenneth Maxwell:

> Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente e, com permissão do patriarca de Lisboa, levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os aluguéis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para a nova cidade (1997, p. 24).

No espaço político deixado pelo terremoto, o Marquês de Pombal atuou de maneira a ampliar seus poderes, com intuito de equiparar Portugal aos grandes países da época, notadamente a Inglaterra.

Além da reconstrução de Lisboa, Pombal realizou inúmeros atos, sempre se utilizando de seu temperamento enérgico e prepotente, alguns resultado de planejamento, outros ante a acontecimentos imprevistos, dentre os quais se pode

citar: reorganização do Estado; proteção dos grandes empresários, com a criação das companhias monopolistas de comércio; incentivo à agricultura e à navegação; proteção da frágil manufatura portuguesa; proteção dos cristãos novos; e, aspecto a que dava muita importância, uma reforma de ensino, em que buscou orientar a formação dos estudantes para servir aos interesses do estado.

Para iniciar tal reforma, fez-se necessário que Pombal expulsasse os Jesuítas de Portugal e de todas as colônias, com o confisco de seus bens e com a supressão das escolas da Companhia de Jesus, onde era utilizada a organização monolítica da *Ratio Studiorum*[1], ou seja, tinham um objetivo distinto do seu. Nelas, era realizada uma educação mais humanista, cujo principal objetivo era o proselitismo e o noviciado, enquanto que Pombal pretendia uma formação baseada nas ciências empíricas, de modo a reerguer Portugal da decadência em que se encontrava diante de outras potências européias da época. Além disso, visou-se com essa reforma, de acordo com o que preconizava o Iluminismo, ao primado da racionalidade, que via na educação a alavanca do progresso econômico e social de uma nação.

Pode-se ver Pombal como um déspota esclarecido, que atribuía à educação suma importância na secularização do conhecimento, da sociedade e de suas instituições, bem como via nas idéias iluministas a justificativa para a modernização que estava empreendendo em Portugal. Tais idéias, em seu contexto, estão bem sintetizadas no trecho seguir:

> No século XVII, introduz-se a lógica matemática como forma de conhecimento, no lugar da Teologia e Filosofia. Na linha racionalista, o intelecto é o centro originário dos valores, de onde se deduzem os conhecimentos. Descartes autor da máxima: "penso, logo existo", funda a busca do sentido do conhecimento através do cognitivo, da significação. Na linha empírica, Bacon, Locke e Hume defendem a importância da experiência e sensação como fontes de conhecimento, com base na máxima: "Nada há no intelecto que não tenha passado antes pelo sentido".
>
> No campo jurídico os protestantes eliminaram o Direito Canônico, elaborado pelos jesuítas, abrindo caminho para o Direito Natural.
>
> (...)
>
> No campo epistemológico, o racionalismo de Descartes (1596-1650) e o empirismo de Bacon (1632-1704), Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776) são incorporados pelo iluminismo. (...) Afirmam-se as principais categorias da sensibilidade intelectual do século XVIII: cultura, civilização, progresso, educação

[1] Documento pedagógico lançado oficialmente em 1599, que definia o plano de estudos para os colégios da Companhia de Jesus, prescrevendo regras para todos os envolvidos no processo educativo, desde o Provincial, o Reitor e o Prefeito de estudos, até os professores dos vários cursos e níveis e os estudantes.

> da humanidade, otimismo, filosofia experimental. É a revolução saída das conquistas do século XVII (Rosito, 2002, p. 66).

Por outro lado, o discurso reformista de Pombal deve ser confrontado com sua prática, que foi de repressão como estratégia política, para fortalecer a Monarquia portuguesa (Idem, p. 76). Isso implica dizer que os avanços obtidos com as políticas pombalinas encontraram seus limites nas formas tradicionais da política portuguesa. Enfim, houve uma apropriação das idéias surgidas com a Revolução Científica e o Iluminismo, sem, no entanto, redundar em modificações profundas na maneira em que se estruturavam as formas de dominação e de exploração da sociedade portuguesa e colonial. Isso se confirma até pelo fato de Pombal ter rompido com os Jesuítas, e não com a Igreja Católica, sendo que os reformistas

> (...) analisaram cuidadosamente a produção literária do alto iluminismo (e alguns trabalhos de natureza menos elevada) e com igual cuidado retiravam das edições portuguesas tudo que era considerado prejudicial ao dogma católico ou, como ocorreu algumas vezes, restringiam a circulação para aqueles que acreditavam devessem estar atentos aos trabalhos ofensivos para ficarem à altura de refutar sua mensagem (Maxwell, 1997, p. 108).

De fato, Portugal teve um comportamento característico da periferia européia, divergindo, principalmente da tradição anglo-americana, que via o Iluminismo, no século XVIII, como correspondente à idéia de liberdade e vinculado de certa forma ao processo revolucionário (ou reformista?), ocorrido na Inglaterra, no século XVII. Mesmo na França, ainda hoje, os ideais do Iluminismo são vistos como fundamentos ideológicos, que resultaram na eclosão da revolução de 1789. De fato, em Portugal, o Iluminismo andou “de braços” com o Absolutismo e não com o Constitucionalismo que, nessa visão, está menos

> caracterizado pelo indivíduo, que busca a proteção do estado, do que pelo estado que busca a proteção dos indivíduos mais poderosos. Marc Raeff chegou ao ponto de caracterizar as formulações do reformismo do século XVIII nos territórios germânico e na Rússia como tendo o objetivo de criar um “Estado policial bem-ordenado”. Talvez seja essa visão extremista, mas em muitas de suas facetas a experiência pombalina está próxima do modelo de Raeff, e já se começa a desenvolver um contexto revisionista da literatura histórica que repensa todo o contexto do despotismo esclarecido e seu significado (Maxwell, 1997, p. 172).

De qualquer forma, não se pode negar que houve um avanço nas aplicações das políticas pombalinas, embora seja certo que “os reformistas portugueses não eram livres pensadores” (Maxwell, 1997, p.108).

Não obstante esse fato seja muitas vezes esquecido, que as reformas em Portugal foram pioneiras em alguns pontos, em relação ao restante da Europa. Por exemplo, Pombal foi o primeiro a expulsar os jesuítas . O restante da Europa só o fez depois, conforme atestam as palavras a seguir:

> O conflito de Pombal com os Jesuítas, como o terremoto de Lisboa, levou os assuntos portugueses para o centro das preocupações européias. Os portugueses foram os primeiros a começar um movimento que provocaria a expulsão dos Jesuítas de toda a Europa católica e que levou à supressão da ordem pelo próprio papa.
> (...)
> Que a disputa em Portugal tenha servido como catalisador para a expulsão dos jesuítas da Espanha e, mais tarde, da França, deveu-se muito, claro está, à receptividade às ações de Pombal pela opinião européia esclarecida, à complexidade da política da igreja e aquiescência diplomática dos monarcas católicos. Mas por si só a opinião européia não teria sido necessariamente suficiente para destruir uma ordem tão poderosa como a dos jesuítas. Os monarcas católicos foram rápidos em seguir o exemplo de Portugal, é certo, mas não se sabe se algum deles teria agido dessa forma se Portugal não o fizesse primeiro (Maxwell, 1997, p. 94).

O fato é que a França, a Espanha e os demais países europeus adotaram a mesma medida, e o próprio Vaticano extinguiu a ordem em 1773. Nessa época, a Companhia de Jesus possuía 23.000 membros e dirigia, na Europa, 546 colégios e 148 seminários e, fora da Europa, 123 colégios e 48 seminários, num total de 865 estabelecimentos de ensino (Costa, 2004, p. 2).

A expulsão dos jesuítas deixou a educação em Portugal com sérios problemas, tanto no nível secundário, quanto no universitário, visto que eles chegaram a comandar 34 faculdades e 17 residências (Maxwell, 1997, p. 104). A fim de colocar a educação sob influência direta do estado português, com a sua secularização, bem como objetivando padronizar o currículo, Pombal efetuou uma reforma educacional, que se refletiu diretamente nas colônias, e significativamente no Brasil. Em linhas gerais, essa reforma educacional, que implantou um sistema organizado e controlado pelo Estado, foi efetivada em duas fases distintas. Na primeira, por meio do alvará de 28 de junho de 1759, foram estabelecidas as diretrizes para reforma dos denominados *Estudos Menores*, correspondentes ao ensino primário (*Escolas Menores*), que abarcavam o ensino das primeiras letras, e o ensino secundário (*Primeiros Estudos*), em que eram ministradas as cadeiras de humanidades. Esse alvará

> (...) continha instruções minuciosas quanto à implementação da reforma em todo o reino, e instituía, ao mesmo tempo, o cargo de Diretor de estudos, a quem cabia cuidar do planejamento, execução e controle dos professores na metrópole e

colônias, inclusive das sanções a que estavam sujeitos os mesmos, que em última instância seriam agentes dessa política centralizadora e estatizante (Cardoso, 2005, 183).

O cargo de Diretor, ocupado por D. Tomás de Almeida, tinha responsabilidade equivalente ao de Ministro da Educação e foi de grande importância nessa primeira fase da reforma, pois representou o elo entre o governo e os professores, na implantação de medidas que objetivavam a estatização da educação em Portugal e em suas colônias (Rosito, 2002, p. 127).

Na segunda etapa, a reforma tratou dos denominados *Estudos Maiores*,

> (...) a partir da lei de 6 de novembro de 1772, quando se reformularam os estudos específicos da Universidade de Coimbra e quando ocorreu o primeiro ajuste visando garantir o êxito nos Estudos Menores, reforçando e ampliando as providências inicialmente ordenadas em 1759 (Cardoso, 2005, pp. 181-182).

Vale esclarecer que, nessa época, não foram criados estabelecimentos de ensino primário ou secundário. Tal fato só veio a ocorrer a partir da década de 30 do século XVIII, tanto no Brasil, quanto em Portugal, com a reunião das cadeiras avulsas nos chamados Liceus. O que havia eram aulas de ler, escrever e contar, denominadas de *Primeiras Letras* e aulas de *Humanidades* (mais conhecidas como *Aulas Régias* que, obviamente, pertenciam ao Estado), as quais abrangiam cadeiras, tais como gramática latina, retórica, poética, filosofia moral etc. Em realidade, o termo Escola tinha o mesmo significado de Cadeira, isto é, era utilizado para uma *Aula Régia* (por exemplo, de Filosofia Moral). Cada *Aula Régia* era autônoma e isolada, com um professor único, ou seja, uma não se articulava com as demais. Isso significava que cada Cadeira correspondia a uma Escola e, além disso, cada estudante freqüentava as aulas que lhe interessem, não havendo necessidade de participar de todas, tampouco havia interação entre essas diferentes disciplinas (Cardoso, 2005, p. 187).

Não se pode deixar de citar a criação do Colégio Real dos Nobres, cujos estatutos foram publicados em 7 de março de 1761, passando a funcionar efetivamente em 1766 (Klut, 1982, p.34). Foi uma iniciativa de criação de capital humano, no caso, os filhos dos nobres portugueses, para lhes proporcionar as habilidades necessárias ao exercício de cargos no Governo e nas Forças Armadas. Além disso, esse colégio visava à criação de uma elite fiel e coesa, a fim de controlar as perigosas pretensões das grandes famílias e fornecer uma base mais

estável ao poder absoluto da Coroa. Essas habilidades deveriam ser desenvolvidas a partir de uma educação mais moderna, ou seja, científica. Foi a primeira escola pública onde se ensinava Física Experimental. Entretanto, essa experiência durou apenas até 1772, quando toda a educação científica foi abandonada e os aparelhos de laboratório foram encaminhados à Universidade de Coimbra (Maxwell, 1997, p. 114).

Mantendo-se o foco no interesse desta pesquisa, será discutida de maneira mais detalhada a reformulação da Universidade de Coimbra, ocorrida por meio de lei, em 6 de novembro de 1772, tendo em vista que tal estabelecimento foi de suma importância na formação das elites brasileiras do século XVIII e XIX. Até o começo do século XIX, pode-se dizer que a universidade brasileira era a Universidade de Coimbra, para onde iam os estudantes, na seqüência dos cursos nos colégios jesuítas do Brasil. No século XVIII, esses alunos eram obrigados a cursar apenas um ano no Colégio de Artes de Coimbra, para ingresso nos cursos superiores de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia; nessa última, depois da reforma de 1772, estavam incluídos os estudos de Ciências Físicas e Naturais. Na Universidade de Coimbra, graduaram-se, nos três primeiros séculos, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil, sendo que, do período da referida reforma até a Independência, em 1822, estudaram 788 brasileiros (Gauer, 1996, p. 12).

A reforma em 1772 daquela Universidade, desde 1537 definitivamente instalada na cidade de Coimbra[2], representa a maior alteração no ensino daquela época, sobretudo no que diz respeito ao interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências de rigor, tão afastadas do ensino universitário, embora nas Faculdades Jurídicas e de Teologia, também houvesse ocorrido modernizações. Nesse contexto, merece relevo a reforma da Faculdade de Medicina, que procurou seguir as sugestões feitas por Ribeiro Sanches sobre a necessidade de uma investigação experimental, e a criação de duas novas faculdades, a de Matemática e a de Filosofia. Esta última concedia um lugar particular (que depois se tornou exclusivo) à Filosofia Natural.

---

[2] A Universidade que hoje existe em Coimbra foi fundada, ou ratificada, em 1290, pelo rei D. Dinis, tendo iniciado suas atividades em Lisboa.

O marco inicial dessa reforma pode ser atribuído à nomeação da Junta da Providência Literária, cujo relatório foi apresentado em agosto de 1771, no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade*. Trata-se de um longo documento, onde se procura reproduzir o estado em que se encontrava a Universidade naquela época, com o levantamento de um rol de problemas, pelos quais eram responsabilizados os jesuítas. Na primeira parte, procura-se denunciar a existência de um plano de responsabilidade da Companhia de Jesus, atribuindo-lhe a destruição não só da Universidade, mas também de todo o ensino no Reino de Portugal. Logo nas primeiras páginas desse documento, ficam claros os seus objetivos:

> Na Carta firmada pela Real Mão de Vossa Majestade em vinte e três de dezembro do ano próximo passado de mil setecentos e setenta, que contém a criação, e a lei fundamental desta Junta, foi Vossa Majestade servido ordenar-lhes: que conferindo sobre a decadência, e sobre as ruínas, em que as Artes, e Ciências foram precipitadas na Universidade de Coimbra pelas maquinações dos denominados jesuítas: Examinando com toda a exatidão as causas delas: Ponderando os meios, que se considerassem mais próprios para a restauração dos estudos públicos: E apontando os Cursos Científicos, e os Métodos, que se podiam estabelecer, para que as mesmas Artes e Ciências, que depois de mais de um século se acham infelizmente destruídas, fossem inteiramente reparadas (1772, pp. VII-VIII).

Desse estudo, vê-se que as ciências em geral e a Matemática em particular atingiram na Universidade um nível muito baixo, de tal modo que, nos 60 anos anteriores à reforma, a única cadeira de Matemática de toda a Universidade não tinha tido titular. No documento, a Matemática era considerada "(...) ciência importante ao bem comum do Reino, e Navegação, e ornamento da Universidade" (1771, p. 92). Não admira assim que, nos Estatutos da Universidade, aprovados em outubro de 1772 - com grande pompa e solenidade, na presença do Ministro do Rei D. José I, o Marquês de Pombal, grande motor das transformações-, tenham sido criadas duas novas Faculdades: a de Matemática e a de Filosofia (Natural). A Matemática alcança, assim, uma posição elevada nesses Estatutos:

> Têm as Matemáticas uma perfeição tão indisputável entre todos os conhecimentos naturais, assim na exatidão luminosa do seu Método, como na sublime e admirável especulação das suas doutrinas, que Elas não somente em rigor, ou com propriedade merecem o nome de Ciências, mas também são as que tem acreditado singularmente a força, o engenho, e a sagacidade do Homem. Por isso é indispensavelmente necessário, ainda para segurança e adiantamento das outras Faculdades, que estas Ciências tenham na Universidade um estabelecimento adequado ao lugar, que ocupam no Sistema Geral dos conhecimentos humanos. Sendo manifesto, que se a mesma Universidade ficasse destituída das luzes

> matemáticas, como infelizmente esteve nos dois séculos próximos precedentes, não seria mais do que um caos, semelhante ao universo, se fosse privado dos resplendores do Sol (1772, p.141).

São até mesmo indicadas penas para quem diminuir a importância dos estudos matemáticos:

> Todos aqueles, que direta ou indiretamente apartarem ou dissuadirem a alguém dos estudos matemáticos; e com fatos, ou palavras concorrerem, para que não se tenha uma idéia justa do lugar, e estimação, que merecem entre todos os conhecimentos humanos; não serão por mim atendidos em oposição alguma, que façam às cadeiras das suas respectivas Faculdades; e incorrerão no meu Real desagrado, como inimigos do progresso das ciências, e autores das mesmas nocivas preocupações, que arruinaram os estudos Públicos destes Reinos nos dois séculos próximos precedentes (1772, p. 153).

O destaque da Matemática nessa Reforma estava de acordo com o pensamento moderno, entendido aqui como "...um modo de civilização fundado pelos princípios matemáticos" (Gauer, 2001, p. 149). Ou seja, o mundo era visto por meio do Deus Geômetra de Galileu.

Cabe aqui abrir um parênteses para discutir a implantação da Faculdade de Matemática, na Reforma da Universidade de Coimbra. Os grandes êxitos

> (...) sem precedentes do método matemático no século XVII deixaram uma marca na filosofia, não apenas porque a matemática não havia sido claramente separada da filosofia naquela época, mas porque as técnicas matemáticas – dedução a partir de axiomas 'evidentes por si mesmos' segundo regras fixas, testes de coerência interna, métodos *a priori*, padrões de clareza e rigor próprios da matemática – eram também aplicadas à filosofia; com o resultado de que esse modelo particular domina a filosofia bem como a ciência natural do período (Berlin, 2005, pp. 65-66).

A partir do século XVIII, com o grande relevo do sistema newtoniano, foi a mecânica clássica o grande paradigma filosófico, norteador do pensamento de todos os estudiosos importantes da época, que negavam as hipóteses aristotélicas, com base na observação e no experimento. Esse procedimento

> é excessivamente claro não só nas obras de Locke e Hume, mas também nas de Berkeley, que se preocupava em negar as suas pressuposições metafísicas. Para todos esses pensadores, o modelo era o da física e da mecânica contemporânea (Idem, p. 70).

Essas duas posturas estavam intimamente ligadas às visões racionalistas e empiristas que, de certa forma, disputavam a maneira como eram entendidas as idéias. Tal assunto será estudado à frente com um pouco mais de profundidade.

Os reformadores não possuíam uma visão estreita da Matemática, posto que, nos estatutos, ficam claras as maneiras como essa ciência era entendida e que deveriam ser observadas em seu ensino, na nova Faculdade criada:

(a) como ciência pura, ou seja, bastando-se a si mesma:

> Uma das maiores vantagens e excelências da Matemática é a sua independência de todas as outras ciências. Ela tem em si mesma o seu método, e princípios, a sua lógica, e metafísica (1772, p. 155).

(b) como modelo para as outras áreas do conhecimento:

> Para restituir as Ciências Matemáticas ao lugar que merecem; e para segurar os estabelecimentos, que tenho feito nas Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, reduzindo-as aos seus verdadeiros e sólidos princípios; expurgando-as das questões sofísticas dos escolásticos, e trazendo-as ao caminho seguro do Método Matemático, quando é possível imitá-lo, e segui-lo nos diferentes objetos das ditas ciências (1772, p. 145).

(c) como ciência aplicada à técnica e ao dia-a-dia:

> Além dessa excelência privativa, de que goza a matemática (...) Por elas se regulam as épocas, e medidas dos tempos; as situações geográficas dos lugares; as demarcações e medições dos terrenos; as manobras, e derrotas da pilotagem; as operações táticas de campanha e da marinha; as construções da Arquitetura Naval, Civil, e Militar; as máquinas, fábricas, artifícios, e aparelhos, que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossível às suas forças (1772, p. 143).

De acordo com os *Estatutos* (1772, pp. 166-167) e as *Atas das Congregações da Faculdade de Matemática (1772-1820)* (1982, p. 7), o curso completo, na data de fundação da Faculdade, era composto das seguintes disciplinas, com os respectivos livros adotados:

1º ano – Geometria (seriam ensinados os elementos de Aritmética, Geometria e Trigonometria Plana, com aplicações nas operações de Geodésica e Esteriometria). Livro: Elementos de Euclides.

2º ano – Álgebra (correspondia ao cálculo literal e aos princípios de cálculo infinitesimal direto e inverso). Livro: Compêndio de Bézout.

3º ano – Foronomia (correspondia às Ciências físico-matemáticas, ou seja, mecânica, estática, dinâmica, hidráulica, hidrostática, ótica, dióptrica etc.). Livro: Mecânica de Marie.

4º ano – Astronomia (seriam ensinadas a teoria dos movimentos dos astros e a prática de cálculo e observações astronômicas). Livro: Compêndio de La Caille.

Nos *Estatutos*, resta clara a preocupação dos reformadores em apresentar determinações completas e coerentes sobre como deveria ser o funcionamento pedagógico da Faculdade, bem como se nota uma sinalização no sentido de romper com o ensino escolástico, baseado principalmente na memorização e no apelo às autoridades. O trecho dos *Estatutos*, a seguir transcrito, trata dos exercícios em geral, ficando nítida essa intenção:

> Nestes exercícios terão sempre presentes dois objetos igualmente importantes. O primeiro é fazer que os discípulos fixem bem na memória as verdades elementares das lições; e entendam perfeitamente as demonstrações. O segundo, que envolvam todas as forças do engenho, para combinar por si mesmo as ditas verdades, procurarem novos usos delas, e indagarem outras verdades desconhecidas (1772, p. 198).

Em outra pasasgem, percebe-se que está sendo aconselhado o método heurístico na explicação de alguns dos assuntos a serem ensinados:

> Cuidarão também muito os (...) lentes, em que os discípulos se ponham no caminho dos inventores. Apresentando-lhes para isso algumas matérias pelos passos, que se deram, ou podiam dar, até se chegar ao descobrimento das verdades, que nelas se contém. Mostrando-lhes os indícios, por onde se suspeita, e conjectura primeiro o que se poderá achar; e os meios, e tentativas, que se aplicam para descobrir. E dando-lhes uma idéia circunstanciada da evolução dos descobrimentos matemáticos, e de como por degraus se passou de uns aos outros. Porque esse assunto merece particulares reflexões; em razão de servir de exemplo a quem pretende empregar-se utilmente nessas ciências (1772, pp. 201-202).

Revela-se, então, o valor que foi atribuído à Faculdade de Matemática, bem como a tentativa de se criar um curso sério e atualizado, de modo a suprir uma deficiência do ensino superior em Portugal, que refletia o abandono em que essa ciência se encontrava na época. Isso repercutia de maneira negativa no desenvolvimento de todas as outras ciências ditas exatas, que eram de suma importância para o entendimento do mundo naquela época.

Além dessa importância dada à Matemática e à Filosofia Natural, a reforma procurava manter, com significativas modernizações, as faculdades de Teologia e de Lei canônica, de Direito, com incorporação do estudo de fontes portuguesas, e de Medicina, com a liberação da dissecação de cadáveres, nas aulas de anatomia etc. (Maxwell, 1997, p. 110).

A pesquisadora Ruth M. Chittó Gauer (2001) procura discutir e contestar a *doxa* da historiografia brasileira, que cristalizou o entendimento de que a formação recebida pelos brasileiros oriundos da Universidade de Coimbra era atrasada, por eles não terem tido uma formação baseada no conhecimento

moderno. Essa análise é feita a partir de alguns pontos de vista inferidos do pensamento dos responsáveis que guiaram as transformações sofridas pelo ensino universitário, na reforma de 1772. A conclusão a que chega Gauer é que o conceito de ciências que os reformadores possuíam estava alicerçado no pensamento dito iluminista. É importante ter em mente que, não obstante as contribuições originais dos países da periferia capitalista terem sido pequenas, ou praticamente inexistentes, em relação ao sistema de ciência e tecnologia internacional, há que se observar a relevância da produção científica na cultura local. Constata-se, por conseguinte, a importância da pesquisa histórica dessa produção científica, orientada de acordo com uma perspectiva local (Dias, 2002, pp. 12-13).

Seguindo essa autora, procurar-se-á, de modo breve, apresentar alguns aspectos do Iluminismo, no século XVIII, para se chegar em que princípios estava baseado o pensamento científico, aplicado na reforma que Pombal liderou na Universidade de Coimbra, em 1772.

A partir do século XVI, a Europa foi palco de grandes inovações na visão que o homem possuía do universo, a partir da revolução científica realizada, principalmente por Copérnico, Galileu, Kepler e Newton. Galileu foi quem estabeleceu a grande ruptura que abalou o pensamento medieval, estabelecido sobre a fé e a revelação. Por outro lado, foi Isaac Newton que construiu uma síntese em sua monumental obra *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, na qual, a partir de um método rigoroso, uniu a Matemática à Filosofia Natural e, contrariando uma idéia tão cara aos aristotélicos, unificou a física da terra à do céu, ou seja, os princípios utilizados para explicar um corpo em queda livre eram os mesmos que justificavam as órbitas elípticas dos planetas girando ao redor do sol.

Esse feito de tão importantes conseqüências, fez com que o

> século XVIII [tenha sido] o último período na história da Europa Ocidental em que a onisciência humana era considerada uma meta atingível. O progresso sem paralelo da física e da matemática no século anterior transformou de tal maneira a visão que geralmente se tinha da natureza do mundo material e, ainda mais, da natureza do verdadeiro conhecimento, que essa época ainda permanece como uma barreira entre nós e as eras que a precederam, e faz as idéias filosóficas da Idade Média, e até da renascença, parecerem remotas, fantasiosas e, às vezes, quase ininteligíveis. A aplicação das técnicas matemáticas – e da linguagem matemática – às propriedades mensuráveis do que os sentidos revelam tornou-se o único método de descoberta e de elucidação.

> (...)
> Esse estado de espírito persiste século XVIII adentro, sendo a influência o fator particular mais forte. Newton tinha realizado a tarefa sem precedentes de explicar o mundo material, isto é, de tornar possível, por meio de um número relativamente pequeno de leis fundamentais de imenso alcance e poder, que se determinassem, ao menos em princípio, as propriedades e o comportamento de cada partícula de cada corpo material no universo, e isso com um grau de precisão e simplicidade não sonhado (Berlin, 2005, pp.66-67).

A problemática introduzida por esse pensamento moderno implicou o surgimento de duas grandes correntes, cujo objetivo seria romper com o paradigma clássico-medieval e comprovar a existência de um só modo de conhecimento a ser reputado como verdadeiro.

Uma das correntes foi o Racionalismo, iniciada por Descartes, que buscava limitar o homem à sua própria razão, embora não excluindo a experiência sensível, considerada apenas a ocasião do conhecimento que está passível de enganos. Por outro lado, para a corrente Empirista, a experiência é que é fundamental e o trabalho da razão, a ela posterior, é seu subordinado. A implicação dessas duas formas de se conceber o conhecimento humano é que o Racionalismo confia que o ser humano possa atingir verdades universais e atemporais; e o Empirismo, pelo fato de admitir que o conhecimento faz parte de uma realidade em constante mutação, ou seja, inerente ao tempo, ao humano e ao espaço, acaba por questionar o caráter absoluto da verdade (Gauer, 2005, p. 148).

Apresentados esses aspectos do Iluminismo, constata-se que, na reforma de ensino em geral e, mais particularmente, da Universidade de Coimbra, o estado português assumiu a responsabilidade de alterar o ensino. A intenção era a sua adequação aos interesses da época, que consistiam especialmente em implementar um ensino laico, que levasse o progresso ao reino português, utilizando-se das correntes de pensamento moderno, discutidas anteriormente, em oposição ao clássico medieval. Para tanto, foi criada uma comissão - uma equipe de especialistas, chefiada pelo Marquês de Pombal - que entendia que a apropriação da ciência moderna seria o caminho para que o ensino em Portugal fosse, finalmente, colocado no mesmo âmbito das potências mais desenvolvidas da Europa. De acordo com Gauer, tal objetivo foi atingido:

> A apropriação do conhecimento científico realizada pelos reformadores foi uma das ações políticas mais significativas da reforma. A crença que as pessoas tinham um conhecimento mais claro das suas próprias condições de vida na medida em que ela é compreendida com base no raciocínio lógico, 'não estavam presentes'. A ação reformadora permitiu colocar o ensino em Portugal no mesmo

> nível da Europa 'iluminada' do seu tempo. O esforço, do ponto de vista prático, demandou a aplicação do conhecimento moderno na organização da Universidade de Coimbra que até a Reforma estava estruturada nos modelos tradicionais (2005, pp. 150-151).

A autora ampara suas afirmações nos *Estatutos Pombalinos* (1772) e no *Compêndio histórico do estado da universidade* (1771), peças imprescindíveis para se compreender em que se basearam os reformadores (2001, p. 151).

Em princípio, é importante destacar que Gauer, baseada em L. Cabral Moncada, realça que os envolvidos se utilizaram de bom senso na reforma, dentro da tendência portuguesa de nunca abraçar uma idéia de forma total, que leva ao predomínio de um espírito filosófico de caráter eclético, composto de várias tradições e nunca com a aceitação plena de uma única visão. Assim,

> dados os pressupostos colocados por Moncada e tomada a linha para a reflexão sobre a Reforma pombalina, pensamos que a tradição cultural portuguesa está impregnada do sentido do meio termo, do empirismo associado ao racionalismo, da possibilidade da releitura, de reelaboração, que são responsáveis pelo *ethos* português. No que se refere às questões epistemológicas, não há que se ver os reformadores como apenas reelaboradores do conhecimento iluminista. São eles iluministas como os seus contemporâneos de outros países europeus. Os exemplos emblemáticos de Verney e Ribeiro Sanches, cujas reflexões podem ser comparadas aos modelos mais avançados, para além desse aspecto, o próprio projeto da Reforma universitária trazia a marca do domínio do futuro por meio dos poderes que a previsibilidade científica lhe conferia. O planejamento racional institucionalizado pelo sistema de regulamentação revela a apropriação das concepções renascentistas de espaço e tempo (2005, pp. 151-152).

Essa orientação eclética corresponde à corrente de pensamento denominada, em Portugal, de "empirismo mitigado", cujo objetivo é a conciliação entre o Empirismo e o Racionalismo, procurando não cair nos abusos do sensualismo, nem nas dificuldades do pensamento racional. Em última análise, tal corrente filosófica procurava conciliar o pensamento tradicionalista católico e os fundamentos da filosofia empirista (Nepomuceno et al, 2004, p. 114).

As principais idéias em que os reformadores se basearam na elaboração dos documentos já citados, base das transformações na Universidade de Coimbra, partiram, principalmente, de dois portugueses que exerceram suas atividades no estrangeiro: Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luis Antonio Verney (1718-1792). Esses intelectuais eram comumente chamados de *estrangeirados*, designação dada, do século XVI ao XVIII, aos portugueses que conviveram com a cultura dos grandes centros europeus, em contraposição ao atraso cultural vivido

em Portugal naquela época, ocasionado pelo isolamento geográfico e agravado pela inquisição e pela ocupação filipina.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches foi médico, filósofo e pedagogo. Em 1726, foge de Lisboa para a Holanda, por denúncias de práticas de judaísmo. A partir de 1747, em Paris, escreve suas principais obras, *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) e *Método para aprender e estudar a medicina* (1763), que muito influenciaram a redação dos posteriores Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), sobretudo no capítulo dedicado ao curso de Medicina e aos assuntos pedagógicos em geral. Essas obras foram elaboradas à luz da intenção reformista e pedagógica que impulsionou o Iluminismo português. Na primeira, o objetivo é fornecer aos legisladores uma história do ensino e da pedagogia européia, com o intuito de justificar a tutela do ensino pelo Estado e propor a separação total entre a Igreja e o Estado. Na segunda obra, Sanches lança as bases teóricas para a instituição de uma Faculdade Real de Medicina, à semelhança das então existentes em Bolonha, Nápoles, Paris e Viena. Nas duas obras, há o claro intento de tornar laicos tanto o ensino quanto a sociedade portuguesa, além de defender a doutrina regalista, tão a gosto do Marquês de Pombal e de seus colaboradores mais próximos.

Luis Antonio Verney, principal nome do Iluminismo português, estudou Filosofia na Casa do Oratório, em Lisboa, e na Universidade de Évora. Bacharelou-se e licenciou-se em Filosofia. Talvez incompatibilizado com o ensino jesuítico de então, partiu para Roma, aos 23 anos, onde desenvolveu, fora de sua Pátria e até o fim da vida, uma intensa atividade intelectual, com vistas à reforma do ensino e da mentalidade cultural portuguesa. Pode-se considerar a publicação de sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), pelo conteúdo e pela polêmica gerada, como um dos mais importantes fatores de sistematização da idéias iluministas, em Portugal, no século XVIII.

O *Verdadeiro Método de Estudar* é, na realidade, um manifesto à modernidade, sob a luz da Europa iluminista. É uma obra composta em dois volumes, publicada em 1746, e reeditada em 1747, assinada com o pseudônimo de "Padre Barbadinho", da Congregação de Itália. Verney preferiu ocultar seu nome, devido ao clima cultural profundamente avesso a obras de ruptura.

Essa obra-chave é constituída por dezesseis cartas que o autor escreveu a um doutor de Coimbra. Fica claro de sua leitura que o autor pensou em um plano

global, com influências dos grandes pensadores da época. O conceito básico de suas propostas é a utilidade, grande impulsionadora da obra, revelando um ideal filosófico influenciado por John Locke, principalmente por seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, o que implicava uma secundarização da metafísica e um ideal científico inspirado na concepção experimentalista de Newton.

Verney foi um crítico de Descartes, no âmbito da origem das idéias, como pode ser constatado no trecho a seguir:

> *Eu certamente não sou cartesiano*, porque me persuado que o tal sistema, em muitas coisas, é mais engenhoso que verdadeiro; mas confesso (...) que não posso falar no tal filósofo sem grandíssima veneração (Verney, [19--], p. 152, grifo nosso).

E, como já dito, é indiscutível que "(...) na teoria do conhecimento, reconhecem todos ter o estudioso seguido a doutrina de Locke. A carta VIII do *Verdadeiro Método* resume a doutrina lockeana acerca da sensação e da reflexão como fonte única das idéias" (Crippa, 1982, p. 27).

Malgrado essa constatação, Verney demonstra em seus escritos a importância que dava à filosofia de Descartes, como um marco para a reforma do pensamento, em busca de uma visão mais moderna que a da Escolástica medieval. Pode-se verificar tal assertiva, nas seguintes palavras:

> Ele foi o primeiro que abriu a porta à reforma de estudos: pois, ainda que Bacon de Verulamio e Galileu Galilei tivessem indicado o método de fazer progressos na física, e alguns outros os fossem imitando, é certo que Descartes foi o primeiro que fez um sistema ou inventou hipóteses para explicar os fenômenos naturais; e por este princípio abriu as portas aos outros para a reforma das ciências. E ainda que em tudo não acertasse, é também certo que, se ele não fosse o primeiro, os outros não teriam cuidado de emendar os seus erros e de adiantar os estudos como estão hoje (Verney, [19--], p. 152).

A intenção principal de Verney era a orientação das escolas portuguesas, que serviriam de alicerce para as estruturas que ele queria ver instaladas em Portugal. Suas cartas estão organizadas da seguinte forma: I - Língua Portuguesa, II - Gramática Latina, III - Latinidade, IV - Grego e Hebraico (e línguas modernas), V e VI - Retórica, VII - Poesia, VIII - Lógica, IX - Metafísica, X - Física, XI - Ética, XII - Medicina, XIII - Direito Civil, XIV - Teologia, XV - Direito Canônico, XVI - Regulamentação geral dos estudos.

José Sebastião da Silva Dias (Apud Lisboa, 1993, p. 52) sintetiza as idéias que alicerçam a obra de Verney, nos seguintes princípios:

1. Crítica ao isolamento cultural de Portugal.

2. A Filosofia Peripatética não é sinônimo da de Aristóteles, nem essa sinônimo de filosofia católica.
3. Valor do experimentalismo.
4. Desvalorização da Metafísica.
5. Prevalência da razão sobre autoridade.
6. Progresso como realidade primordial do espírito humano.

A partir desses breves relatos, pode-se inferir que os reformadores portugueses estavam conectados com o pensamento mais moderno na época e tinham como principal objetivo o progresso do estado, bem como do ensino, sendo certo que principalmente a universidade

> foi pensada pelos reformadores como uma instituição que deveria desempenhar um papel histórico o qual ia além dos limites burocráticos, o que a deslocava da condição meramente contemplativa para uma ação transformadora, funcionando como um 'laboratório' que pudesse propor à sociedade a consciência do que ela era e do que poderia vir a ser (Gauer, 2005, p. 152).

Deve-se também distinguir o Iluminismo português do francês, considerando que, quando se fala em Iluminismo, pensa-se logo nos filósofos franceses do século XVIII. A reforma pombalina era ligada a idéias progressistas, reformistas, nacionalistas e humanistas. Por outro lado, em terras francesas, o Iluminismo tinha um espírito revolucionário, anti-histórico e irreligioso (Carvalho, 2003, p. 67).

Com essa conclusão, retoma-se Gauer que, não se pode deixar de salientar, malgrado defenda o caráter modernizador das reformas pombalinas, não deixa de chamar atenção para uma característica muito importante dessa reforma - o seu autoritarismo:

> Pombal, ao projetar as reformas, tornou-se um dos protagonistas de formação de novos cientistas, muitos deles tornaram-se novos políticos, formando assim elites que se identificavam com o pensamento europeu moderno, sem que essa ação prejudicasse sua opção pela nobreza, pelo absolutismo ilustrado e pelo compromisso com o sistema de organização da vida intelectual (Gauer, 2005, p. 155).

Quando Dom José I faleceu, em 1777, os grupos descontentes com a administração do Marquês de Pombal articularam sua demissão. Com o que se convencionou chamar de "viradeira", tinha início o reinado de Dona Maria I.

Pombal faleceu em 1782, cinco anos depois de sua queda do poder. É importante fazer aqui algumas considerações sobre o seu legado. Ressalta-se a

reconstrução de Lisboa, a reforma da área militar, a reforma do sistema educacional, além de uma reavaliação da relação Estado e Igreja. Salienta-se o fato que o ambiente econômico criado por Pombal, com ênfase nas manufaturas, gerou um clima mais favorável à substituição das importações (Maxwell, 1997, p.169). Finalmente, cabe destacar a característica ímpar do Iluminismo português, talvez de toda a periferia européia, no sentido de não necessariamente implicar aumento das liberdades individuais, conforme as palavras abaixo:

> A história da administração de Pombal é (...) um antídoto importante para a visão excessivamente linear e progressiva do papel do iluminismo no século XVIII na Europa e da relação entre iluminismo e o exercício do poder do estado. A tradição histórica anglo-americana ainda tende a presumir que o iluminismo seja sinônimo de liberdade, em especial as liberdades postas no relicário da Constituição dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos Humanos.
> (...)
> Na verdade estamos começando a reaprender, na Europa central, oriental e meridional, que o iluminismo casou-se mais vezes com o absolutismo do que com o constitucionalismo. Aqui, o século XVIII está menos caracterizado pelo indivíduo, que busca a proteção do Estado, do que pelo Estado, que busca a proteção dos indivíduos mais poderosos (Maxwell, 1997, p. 172).

E, no Brasil, quais foram as influências dessas reformas pombalinas?

Sabe-se que a colônia era peça importante na política econômica de Pombal. Com isso, ele buscou reformar as relações entre Metrópole e Colônia, de modo a propiciar o almejado reerguimento do Reino.

Com a intenção de centralizar e controlar ainda mais a administração colonial, extinguiu as capitanias hereditárias ainda existentes. Aproveitando-se de condições externas favoráveis, como a expansão das fábricas de tecidos na Inglaterra, em decorrência da Revolução Industrial, e a guerra de independência das treze colônias inglesas da América do Norte, Pombal ordenou a criação de duas novas companhias de comércio: a do Maranhão e Grão-Pará e a de Pernambuco e Paraíba.

Além da criação dessas companhias de comércio que, privilegiadas pelo monopólio, tinham liberdade de taxar os preços de compra e venda dos produtos, houve o aumento da cobrança de impostos na região das Minas, onde foram criadas as casas de fundição e fixadas quotas anuais de produção de ouro. Ao mesmo tempo em que foram adotadas medidas para melhor explorar as jazidas auríferas, foi estabelecida a Real Extração dos diamantes. A construção naval foi incentivada, bem como outras atividades de origem agrícola ou animal, como a do

anil, a da cochonilha e a de laticínios, devido à atuação do vice-rei Marquês do Lavradio.

Na área administrativa, criou o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, e Juntas de Justiça nas demais capitanias reais; criou ainda as capitanias fronteiriças de São José do Rio Negro, no extremo-norte, e Rio Grande de São Pedro, ao sul, além da Capitania do Piauí; e determinou a transferência da capital da Colônia da cidade de Salvador na Bahia, para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1763. Essa última medida visava sobretudo a melhor defender e proteger aquela que se tornava a única porta de acesso à região das Minas, combatendo o contrabando e os desvios do ouro e diamantes, em um momento em que a redução dos tributos sobre os metais e pedras preciosos já se fazia sentir, devido ao esgotamento das jazidas.

Em conformidade com uma política de consolidação do domínio português no Brasil, Pombal consolidou o Tratado de Madrid, que ampliava as fronteiras, tanto no norte quanto no sul, entrando em confronto direto com as missões jesuíticas. Considerados os principais incentivadores da resistência dos nativos dos Sete Povos à demarcação dos limites do Tratado de Madri, nas Guerras Guaraníticas, os padres jesuítas, como já dito, foram também expulsos dos territórios portugueses na América. Os bens da Companhia de Jesus, em sua maior parte propriedades rurais e urbanas, foram confiscados e leiloados, sendo arrematados por comerciantes e fazendeiros.

O controle das missões passou para os funcionários do governo. As capelas tornaram-se paróquias, com vigários nomeados pelo rei; os indígenas deveriam deixar de ter nomes bárbaros, passando a ter nomes portugueses; as línguas nativas foram proibidas e a língua portuguesa tornou-se obrigatória.

A expulsão dos jesuítas do Brasil provocou, de imediato, a desorganização tanto da rede de missões religiosas quanto do sistema de ensino da Colônia, praticamente monopolizados por eles em seus colégios e aulas de ler, escrever e contar. Assim, a educação que, no Brasil, era quase inteiramente de responsabilidade dos jesuítas, sofreu um grande recuo. Várias escolas foram fechadas e as bibliotecas dos conventos foram abandonadas ou destruídas.

Contudo, convém frisar que, no sistema educacional criado pelos jesuítas, em seus quase 300 anos de atuação (de 1500 a 1759), a rede de ensino nunca

alcançou, mesmo em seu ápice, um número que superasse 3000 alunos (Lima, [1975?], p. 23).

No início, a intenção dos Jesuítas era catequizar os índios, porém, como todas as outras ordens religiosas aqui aportadas, voltaram-se para a educação das "elites latifundiárias", por meio dos colégios, onde se oferecia uma educação humanista. O ensino era privado, uma vez que a Companhia de Jesus era, na época, uma organização privada "a que o Rei dava poderes de empresa pública autônoma". Só excepcionalmente eram dadas oportunidades aos rapazes talentosos e pobres. Quanto ao ensino superior, apenas alguns graus acadêmicos foram fornecidos pelo Colégio da Bahia, ou seja, os jesuítas nunca chegaram a implantar o ensino superior na Colônia, o que fazia parte da política geral de Portugal, no sentido de não incentivar a implementação de estudos superiores fora de suas fronteiras. Entretanto, há que se considerar o que se pode chamar de primeira experiência de se concretizar uma utopia, que foram as Missões, as quais, como já mencionado, foram destruídas pelos portugueses, com a assinatura do Tratado de Madrid (Lima, [1975?], pp. 31-35).

Para substituir o ensino ministrado pelos religiosos, foram criadas as *Aulas Régias*, em que era proibida a utilização dos métodos de ensino dos jesuítas. O ensino deveria ser feito exclusivamente em língua portuguesa, como forma de salientar a dominação lusitana. A língua tupi, amplamente utilizada nos dois primeiros séculos da colonização, passou a ser cada vez menos utilizada, até praticamente ser extinto o bilingüismo comum na Colônia até o século XVIII. Contudo, as reformas pombalinas, quanto à educação, não se fizeram sentir de imediato, como se pode ver do trecho a seguir:

> O primeiro concurso para professores públicos realizado no Brasil foi em Recife, a 20 de março de 1760. No mesmo ano, em 7 de maio, realizaram-se os primeiros exames para professores régios de Gramática Latina no Rio de Janeiro. Entretanto, em 1765 não havia ainda sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora os concursos já houvessem se realizado. No Rio de Janeiro, o início oficial das *Aulas Régias* ocorreu em 28 de junho de 1774, com a Aula de Filosofia Racional e Moral, ministrada pelo professor régio Francisco Rodrigues Xavier Prates, presbítero secular, à qual compareceram várias autoridades. Havia se passado exatamente 15 anos, desde o alvará de 28 de junho de 1759, quando fora implantado o novo sistema público de ensino, no Reino português.
>
> Diante desse quadro, a população brasileira recorria às aulas particulares, ou à generosidade alheia, para suprir a ausência do Estado (Cardoso, 2005, p. 183).

Segundo Gauer, a ruptura ocorrida na educação brasileira, com a expulsão dos jesuítas e a criação das *Aulas Régias*, não logrou reformar o ensino, como

queria Pombal. Com efeito, pensando em termos ideológicos, as práticas educacionais, assim como a legislação implantada, não foram capazes de romper o sistema de idéias criado pelos jesuítas, que não desapareceu apesar de sua exclusão do processo educacional. Isso porque os pontos de vista escolásticos penetraram "... nas idéias dos professores e cléricos que atuavam nos colégios brasileiros de tal forma que, mesmo na ausência da companhia, essa concepção jesuítica se fazia sentir, embora os caminhos e práticas tivessem esboçado mudanças" (2001, pp. 94-95).

Esse era o estado da educação, no final do século XVIII, no Brasil. No ensino básico, as *Aulas Régias* permaneceram até pelo menos o primeiro quarto do século XIX, enquanto que a inexistência de cursos superiores fazia com que os filhos das elites tivessem que continuar seus estudos no exterior, notadamente na Universidade de Coimbra.

Em suma, não só no século XVIII, mas também no seguinte, Gauer demonstra em seu trabalho *A Construção do Estado-Nação – A contribuição dos Egressos de Coimbra*, no capítulo primeiro, por meio de dados quantitativos, a importância que esses brasileiros formados em Coimbra tiveram, tanto na criação da legislação do Império, quanto na formação dos novos quadros. Isso devido à sua participação na montagem dos primeiros cursos superiores e das primeiras sociedades culturais e científicas, decorrente da autoridade científica que um diploma de nível superior lhes impingia, diante dos outros representantes da elite imperial. Demonstra também que eles acumularam funções públicas, políticas, culturais, profissionais e obtiveram títulos de nobreza e eclesiásticos. Assim, a importância desses brasileiros, recrutados em sua maioria na categoria dominante da estrutura social da época, deve-se ao fato de que

> esse grupo de profissionais com curso superior tornou-se o símbolo do conhecimento no Brasil: foram eles que atuaram em todos os campos do conhecimento. As funções que exerceram foram legitimadas pelo título superior, ultrapassando a representação de uma simples categoria econômica privilegiada (Gauer, 2001, p. 47).

Mesmo diante do fato de que a "viradeira" implicou o abandono das ciências naturais e o retorno das ciências jurídicas à antiga predominância, as reformas pombalinas

> produziram notável grupo de cientistas. Muitos deles eram brasileiros e alguns ainda militavam na política à época da Independência, como Manuel F. da Câmara e José Bonifácio, naturalistas de estatura internacional. Mas, embora

comprometidos todos com o objetivo de promover o progresso científico e técnico, em termos políticos o comportamento desses cientistas não se distanciava muito da dos juristas (...) eram frutos do iluminismo português, politicamente conservador (Carvalho, 2003, p.68).

4.2. Os primórdios

No Brasil, o século XIX iniciou-se sob o signo da mudança, com a chegada de D. João VI e a transferência da Corte portuguesa, em 1808, provocadas pela iminência de invasão do território português, pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte. Para se ter uma idéia do impacto causado na Colônia, essa transferência foi executada por "uma esquadra inglesa composta de mais de trinta navios", ou seja, sob forte proteção da frota inglesa. Outrossim, além da família imperial, vieram "cerca de 15 mil pessoas, virtualmente toda a cúpula do aparelho administrativo" (Paim, 2000b, p. 176).

Durante a estada da Corte portuguesa no Brasil, até abril de 1821, quando do retorno de D. João VI a Portugal, juntamente com cerca de 4 mil portugueses, ocorreram vários fatos de grande relevo econômico e social que, mais tarde, contribuíram sobremaneira para a independência brasileira. De importância capital foram: a abertura dos portos a todas as nações, com o término do monopólio comercial exercido por Lisboa; a fixação da sede do governo na cidade do Rio de Janeiro; e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Obviamente, esse grau de autonomia de que passou a gozar a Colônia implicou, necessariamente, a criação e instalação de instituições que permitissem a administração da nova situação, ou seja, fez-se mister a criação de um aparelho administrativo mais eficaz. Entre essas providências, vale destacar a instalação dos Tribunais Superiores de Justiça, da Chancelaria e da Máquina Fazendária; a organização de duas faculdades de Medicina, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia; a criação da Real Academia Militar, origem da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; a transferência de Lisboa da escola de Guardas-Marinhas; e a fundação da Biblioteca Régia, embrião da futura Biblioteca Nacional. (Paim, 2000b, pp. 177-178).

Com a vinda da família real, e o conseqüente deslocamento da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro,

> (...) esboçou-se aí uma vida cultural, com o acesso aos livros e a existência de uma relativa circulação de idéias. Em setembro de 1808 veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses, ingleses, que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados (Fausto, 2002, p. 69).

É importante destacar, considerando os objetivos desta pesquisa, a fundação, por meio da Carta Régia, de 04/12/1810, da Academia Real Militar, na qual, pela primeira vez no país, foi estabelecido um curso para se estudar Matemática superior. Tinha por objetivo "formar oficiais topógrafos, geógrafos e das armas de engenharia, infantaria, e cavalaria para os exércitos do Rei". A Academia Real comportava um curso de sete anos, assim dividido: um curso Matemático, nos quatro primeiros anos e um curso Militar, nos três últimos. Para os alunos que desejavam seguir a carreira na Infantaria ou na Cavalaria, não era necessário cursar todos os sete anos, bastando apenas o primeiro, relativo à Matemática básica, e o quinto, que correspondia ao primeiro do Curso Militar. A Academia teve seu funcionamento iniciado em 23/04/1811, ocupando algumas salas da Casa do Trem de Artilharia, situada na Ponta do Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, de onde foi "transferida para o prédio do Largo de São Francisco de Paula, construção originalmente destinada à Catedral do Rio de Janeiro" (Silva, 2003, pp. 32-33).

De acordo com Pedro Carlos da Silva Telles (1994, pp. 95-97), o curso completo da Academia Real, em sua fundação, era composto das seguintes disciplinas, com os respectivos livros adotados:

1º ano - Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Desenho. Livros: Lacroix, Legendre, Delambre;

2º ano – Resoluções de Equações (Álgebra Superior), Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva, Desenho. Livros: Lacroix e Gaspard Monge;

3º ano – Mecânica (Estática e Dinâmica), Hidráulica (Hidrostática e Hidrodinâmica), Balística, Desenho. Livros: Francoeur, Prony, Abade Bossut, Fabre, Gregory, Bézout, Robins e Euler;

4º ano – Trigonometria Esférica Completa; Óptica (catóptrica e dióptrica), Astronomia, Geodésica, Cartas Geográficas e Geografia Terrestre, Física, Desenho. Livros: Legendre, Lacaille, La Lande, Laplace, Haüy, Brisson;

5º ano – Tática, Estratégia, Castrametração (arte de assentar acampamentos), Fortificação de Campanha, Reconhecimento de Terreno, Topografia, Química. Livros: Guy de Vernon, Lessac, Lavoisier, Vauquelin, Fourcroy, Lagrange, Chaptal;

6º ano – Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Princípios de Arquitetura Civil, "Traço" e Construção de Estradas, Pontes, Portos e Canais, Orçamento das Obras, Mineralogia, Desenho. Livros: Guy de Vernon, Bossut, Werner, Napion e Brochant;

7º ano – Artilharia Teórica e Prática, Minas e Geometria Subterrânea, História Natural. Livros: de Rosa, Lineu, Jussieu e La Cepède.

Vale destacar que foi previsto ainda na Carta Régia que, "logo que se possa formar uma biblioteca científica militar para esta Academia, haverá um lente de História Militar, que servirá de bibliotecário e que no oitavo ano explicará a História Militar de todos os povos (...)". Muito provavelmente, tal intenção nunca se concretizou.

Os primeiros professores do Curso Matemático, ou seja, dos quatro primeiros anos do curso, todos oficiais do Real Corpo de Engenheiros, foram os seguintes:

- Primeiro tenente Antonio José do Amaral (1782-1840), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, lente do 1º ano;
- Sargento-mor Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e Alvim (1775-1856), português, graduado pela Academia Real de Guardas-Marinhas de Lisboa, lente do 2º ano[3];
- Primeiro-tenente José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, lente do 3º ano;
- Capitão Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), brasileiro, graduado pela Academia Real dos Guardas-Marinhas de Lisboa, lente do 4º ano;
- Segundo tenente José Vitorino dos Santos e Souza (1780-1852), brasileiro, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra,

[3] No livro de Pedro Carlos da Silva Telles, *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*, consta o professor André Pinto Duarte, 1º tenente do Real Corpo de Engenheiros, como lente do 2º ano (p. 95).

> lente de Geometria Descritiva. (Silva, 2003, pp. 33-34 e Castro, 1999, pp. 27-28).

Atesta-se o intuito de se criar uma instituição que primasse pela seriedade e qualidade de seus cursos, em compasso com os avanços científicos da época, nas recomendações constantes da Carta Régia, tais como:

> A seleção dos lentes (...) é feita pelo critério do mérito: 'Memoriais que hajão apresentado ou com que hajão ganho premios dos que annualmente se publicarem e propozerem ao Publico.'
>
> Com o fim de garantir um nível mínimo de estudos são especificados (...) os livros e tratados em que se devem basear os lentes para a redação obrigatória dos respectivos compêndios, mas a rigidez da iniciação é, cautelosamente, atenuada com oportunas recomendações de que se levem em conta eventuais progressos no assunto.
>
> Assim, por exemplo, ao adotar os livros didáticos de álgebra, cálculo diferencial e integral, de Lacroix, como os livros de base para a organização do compêndio do 2º ano, determina o legislador que o lente 'terá cuidade de hir addicionando todos os methodos, e novas descobertas que possão hir fazendo-se'.
>
> A acertada escolha dos livros de base prova que os redatores da Carta de Lei estavam bem a par dos progressos científicos da época. As obras de Euler, Bezout, Monge, Legendre, Lacroix, Laplace, Francoer, Prony, Delambre, Lacaille, Delandre, Hauy e Brisson foram, entre outras, adotadas para organização dos compêndios do curso matemático (Castro, 1999, pp. 26-27, grifos do autor).

Talvez o ponto mais importante, na comprovação da seriedade com que a Academia foi pensada, tenha sido a determinação para que os professores preparassem seus próprios compêndios, conforme se vê no trecho a seguir:

> É interessante assinalar a exigência do regulamento para que os professores preparassem um compêndio para o seu curso (que poderia ser de autoria própria ou tradução de um livro estrangeiro de renome), sem o qual não seriam "adiantados em postos" (promovidos). Esses livros seriam publicados por conta do Governo e distribuídos aos alunos, como realmente em muitos casos chegou a ser feito. Isso em 1810! Assim, por incrível que possa parecer, entre os primeiros livros publicados pela *Impressão Régia* (nome que tinha na época a Imprensa Nacional), figuravam vários livros técnicos produzidos ou traduzidos por professores da Academia Real Militar (Telles, 1994, p. 92).

Com isso, notam-se as principais influências envolvidas na criação e funcionamento inicial do Curso Matemático, da Academia Real Militar. Primeiramente, da formação dos primeiros professores, pode-se inferir que houve influência da Universidade de Coimbra, reformada pelo Marquês de Pombal, e das escolas militares, com seus objetivos específicos. Em segundo lugar, ante os livros que serviriam de base na elaboração dos textos a serem utilizados nas aulas, constata-se a influência francesa.

Aprofundando mais a questão, há distintas visões dessas influências. Vamos nos referir a duas, relativamente recentes, mas contrastantes entre si.

Circe Mary Silva da Silva, em seu livro *A Matemática Positivista e sua difusão no Brasil*, defende a tese de que foi o desenvolvimento das idéias iluministas em Portugal, primordialmente por meio das idéias de Verney e da atuação política de Pombal, com sua reforma universitária, que teria influenciado a criação da Academia Real Militar. A influência Francesa só chegaria posteriormente, por meio do Positivismo de Auguste Comte, no qual teriam se baseado vários de seus professores. Mesmo assim, essa influência só se fez presente porque teria encontrado o terreno adubado pelas idéias de Verney e pela reforma da Universidade de Coimbra, ou seja, por meio da influência portuguesa.

Por outro lado, Mário Barata ressalta a importância da influência da *École Polytechnique* de Paris, criada em 1794, que impunha formação militar a engenheiros que exerceriam funções eminentemente civis. Enfatizando esse posicionamento, Barata cita a fundação, na América Latina, mais precisamente na Venezuela, alguns meses antes da criação da Academia Real Militar, em 7 de setembro de 1810, da Academia Militar de Matemáticas, inspirada indubitavelmente na Escola de Paris. Segundo esse mesmo autor, o caso brasileiro foi apenas parte de um contexto mais amplo, conforme atestam as palavras a seguir:

> Ao exemplo francês da *École Polytechnique* se poderiam somar outros, na Europa da época. A criação da Academia Brasileira, em 1810, situava-se pois num contexto bastante generalizado de tipo de ensino e de orgânica administrativa, que até agora não tem sido realçado, na história (1973, p. 47).

Corroborando essa visão, Wagner Rodrigues Valente, em sua obra *Uma História da Matemática Escolar no Brasil* (1730-1930), vislumbra a influência francesa, desde os primórdios da Academia Real Militar, principalmente no que tange às referências que teve para "...constituição de suas normas e regulamentos, incluindo aí o que ensinar, [da] *École Polytechnique* de Paris, criada em 1794" (1999, p. 93). Essa idéia é reforçada por Valente com a afirmação de que

> Na França, sob um pano de fundo mais amplo, autores como Legendre e Lacroix representam a substituição, no ensino das matemáticas, do antigo regime pelo revolucionário. Como salientamos anteriormente, a Academia Militar pautou-se pela École Politechnique e esta é fruto importante da revolução Francesa (1999, p. 101).

No trecho a seguir, fica clara a visão de Valente quanto aos programas de ensino de Matemática que deviam ser utilizados na Academia Real Militar:

> Belhoste (1989, p. 34) nos informa que anteriormente à constituição da *École*, os professores franceses ensinavam livremente sem preocupação com programas unificados e livros. A partir do programa mesmo lacônico para ingresso na Politécnica francesa, irá existir pouco a pouco um efeito unificador do ensino da Matemática quanto aos conteúdos e livros a adotar. E, em relação aos livros, os novos manuais escritos para substituir Bézout ganham destaque, tornando-se referência para o ensino das matemáticas: são as obras de Lacroix e Legendre.
>
> É assim que podemos compreender o programa de ensino das matemáticas no Brasil dado pela Carta Régia que instituiu a Academia Real Militar (1999, p. 93).

Essas visões distintas mostram que a questão não é tão simples. Em realidade, na concepção do autor deste trabalho, uma visão não necessariamente exclui a outra. Pode-se fazer uma síntese entre elas, de modo a alcançar uma maior abrangência no tema.

Assiste razão a Valente, quanto à influência francesa na estrutura da Academia e nos livros adotados. Por outro lado, observando-se o currículo das duas escolas, assim como a formação dos professores, a visão de Silva parece estar correta.

Na realidade, o que se percebe é que as idéias que imperavam em certas épocas impregnavam as pessoas, como aconteceu no século XVIII, com as dos racionalistas franceses, dos empiristas ingleses e seus seguidores franceses, enfim, idéias que a tradição chama de iluministas. Esse sistema de idéias, como já discutido anteriormente, foi assimilado por Portugal, um país periférico da Europa, de forma peculiar, ou seja, mais próxima do autoritarismo, do que nos países centrais. É fato que, nessa época, como não havia faculdades no Brasil, os componentes das elites mandavam seus filhos estudarem na Metrópole, mais especificadamente em Coimbra. Além disso, foram os portugueses que criaram a Academia Militar, cuja elite era também essencialmente formada em Coimbra. Em suma, na criação da Academia Militar houve influência francesa, mas filtrada por meio do Iluminismo português, com suas já discutidas características.

Após a Proclamação da Independência, em 1822, a Academia Imperial Militar passou a ser o novo nome da Academia Real Militar, pelo Decreto Imperial, de 09 de março de 1832, sendo que, em alguns documentos, ela aparece com a denominação de Academia Militar da Corte. Nessa nova instituição de ensino, além de ampliado o número de disciplinas, foi permitida a entrada de

alunos civis, não mais obrigados a assentar praça no exército, como até ali era exigido (Telles, 1994, p. 100).

A Academia passou por sucessivas reformas, que ocorreram principalmente por seu caráter dúbio, ou seja, na tentativa de conciliar, dois objetos distintos: o ensino militar e o ensino de engenharia. Assim, ora se privilegiava a formação militar em detrimento do ensino da engenharia, ora o contrário[4].

A primeira dessas alterações foi a extinção da Academia Imperial Militar, por meio do Decreto Imperial, de 09 de março de 1832, que criou em seu lugar a Academia Militar e de Marinha, com a incorporação da Academia de Marinha. Essa situação perdurou por um breve espaço de tempo, visto que as duas Academias foram separadas em 22 de outubro de 1832, também por meio de um Decreto Imperial. Nesse período, houve uma evolução do ensino de Engenharia Civil no Brasil, sendo concedidos títulos de engenheiro geógrafo, engenheiro militar e engenheiro de pontes e calçadas, isto é, estariam sendo oferecidos títulos de engenheiro e não só de oficial engenheiro, como ocorria até então.

Em 14 de janeiro de 1839, outro Decreto Imperial alterou os estatutos da Academia que, além de mudar o nome para Escola Militar da Corte, permitiu a criação de um novo Regulamento. Segundo Telles, “foi na realidade um retrocesso na evolução natural [para a criação de um Curso de Engenharia Civil]: a escola voltou a ser um estabelecimento exclusivamente militar ... [e] foi extinto o curso de Pontes e Calçadas (...)” (1994, p. 102).

Com o Decreto Imperial, de 09 de março de 1842, novamente a situação pendeu para o outro lado, ou seja, ampliaram-se as disciplinas de Engenharia Civil no sétimo ano do curso, vislumbrando-se a criação de uma escola de engenharia independente de uma escola exclusivamente militar. Outro fato marcante foi a instituição do título de Doutor em Ciências Matemáticas. Segundo Jeovah Motta, vários professores da Escola, “de um momento para outro deixaram de ser capitães majores ou coronéis, para se intitularem Doutores” (apud, Telles, 1994, p. 102).

A fim de resolver essa tensão entre a formação civil e militar, foi criada, em janeiro de 1855, uma escola voltada exclusivamente para o ensino militar: a Escola de Aplicação do Exército. Entretanto, o problema perdurou, uma vez que

[4] Veja Silva, 2003, pp. 34-39 e Telles, 1994, pp. 110-114

> A Escola Militar continuava não satisfazendo às necessidades do país quanto à formação de engenheiros, pois não graduava engenheiros civis. A partir de 1850, o Brasil começou a se modernizar, dando início à construção de estradas de ferro, tão necessárias – inclusive nos dias atuais – para o transporte de pessoas e mercadorias. Para tanto o país necessitava de engenheiros civis, pois, além de ferrovias, construíam-se, também, portos, estradas, casas, prédios etc. (Silva, 2003, p. 35).

Diante disso, o Imperador, influenciado pelos militares Gen. Bellegarde e o Marquês de Caxias, na posição de Ministros da Guerra, concordou que fosse realizada a separação entre o ensino militar e o civil. Essa intenção foi posta em prática por meio do Decreto nº 2116, de 1º de março de 1858, que organizou as escolas militares da seguinte forma: a Escola Militar da Corte passou a se denominar Escola Central e tinha como finalidade ensinar Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais, bem como os assuntos específicos da Engenharia Civil; a Escola de Aplicação do Exército e o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cujas denominações foram alteradas respectivamente para Escola Militar e Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ficaram com a responsabilidade de ministrar o ensino militar.

Ainda assim, a Escola Central continuou como um estabelecimento militar, subordinado ao Ministro da Guerra, com seus alunos e professores obrigados a freqüentar as aulas fardados. Essa situação só foi alterada, por meio de Decreto Imperial, em 25 de abril de 1874, que, a partir de novos estatutos elaborados para a Escola Central, transformou-a em Escola Politécnica, subordinada ao Ministério do Império, definitivamente desvinculando o ensino da Engenharia e das Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, do ensino militar. A Escola Politécnica continuou dando o título de Bacharel e Doutor (em Ciências Físicas e Matemáticas e em Ciências Físicas e Naturais) até janeiro de 1896, quando foram extintos os cursos científicos.

Quanto à Escola Militar, situada na Praia Vermelha, embora tenha sido criada para professar um ensino basicamente militar, na prática, transformou-se em um centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras (Fausto, 2001, p. 130).

É importante frisar que, não obstante a deficiência no ensino prático, tanto a Escola Central (depois Politécnica) quanto a Escola Militar primavam por fornecerem cursos de bom nível, que privilegiavam o ensino da Matemática e das Ciências Naturais. Referindo-se especificamente à Escola Militar, Celso Castro

afirmou que "o ensino acadêmico em sala de aula parece ter sido sempre mais efetivo do que nas academias de direito e medicina" (1995, p. 57). Além disso, os jovens alunos da Academia Militar davam pouca importância à carreira militar, priorizando os estudos científicos, principalmente da Matemática.

Para se dar uma idéia da pouca influência das Academias Militares na carreira militar, só no ano de 1850, quando foi regulamentada tal carreira, é que

> O diploma da Real Academia militar tornou-se pré-requisito para todos os oficiais que pretendessem seguir carreira nas armas de engenharia, artilharia e estado-maior. Dos infantes e cavalarianos não se exigia diploma, mas este funcionaria como critério de desempate no caso de haver oficiais com o mesmo tempo de serviço concorrendo a uma promoção. Tudo isso, no entanto, vai ser instituído de forma muito lenta. Não só porque não havia um número de oficiais com formação capaz de permitir a implantação imediata da lei, mas sobretudo porque esta ia de encontro a uma tradição que havia formado gerações de militares e que, dessa forma, fundamentava o prestígio e a posição de importantes famílias da corte do segundo imperador (Castro, 2004, p. 176).

A importância de se descrever o desenvolvimento das escolas militares e de engenharia, nessa época, está no destaque que elas tiveram na importação das idéias cientificistas que imperaram no mundo dito civilizado, principalmente na segunda metade do século XIX, incluído nelas, o Positivismo de Auguste Comte.

4.3.
A disseminação

Os primeiros contatos de brasileiros com o pensador Auguste Comte, segundo Ivan Lins, foram realizados, de 1832 a 1840, por alguns estudantes da Escola Politécnica de Paris. Esses alunos freqüentaram os cursos de Comte, na época, repetidor de Matemática na referida Escola. Dentre eles, três estudantes foram alunos particulares de Comte: José P. d'Almeida, Antonio de Campos Bellos e Agostinho Roiz Cunha. Mas Lins não aprofunda qual teria sido a influência dessas pessoas na disseminação do Positivismo na sociedade brasileira (1952, pp.77-178 e 1967, pp. 15-16). Pode-se inferir que esses jovens, antes mesmo dos primeiros ecos públicos da doutrina de Comte, tenham sido adeptos, pelo menos em suas linhas mais gerais, do pensamento positivista de Auguste Comte.

Em que pese o exposto, o Positivismo chegou ao Brasil não pelo ensino das ciências exatas, como se acreditou por longo tempo, mas sim, pela Biologia. A

primeira referência pública sobre esse sistema no País foi feita na tese *Plano e Método de um curso de Fisiologia,* defendida em 5 de setembro de 1844, por Justiniano da Silva Gomes, com vistas à conquista de uma cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia (Lins, 1967, p. 13).

Essa tese foi defendida somente dois anos após a publicação do sexto e último volume da monumental obra de Auguste Comte *Curso de Filosofia Positiva.* Aliás, como entende Ivan Lins (1967, p. 18), Justiniano da Silva Gomes pode ser considerado o primeiro positivista brasileiro.

Apesar dessa constatação de Ivan Lins, foi na Escola Militar e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a partir de 1850, que o Positivismo, de acordo com a escola e doutrina criadas por Comte, foi inserido de forma mais sistemática e consistente no Brasil. De certa forma, não se pode tirar a razão de João Camilo de Oliveira Torres, quando afirma que "as primeiras manifestações das doutrinas de Comte entre nós deram-se nos meios matemáticos" (1957, p. 28). Com efeito, a tese de Silva Gomes representou uma expressão isolada sobre as idéias do Positivismo em nosso país.

Antonio Paim, baseando-se em levantamentos efetuados por Francisco Pinheiro Lima Junior, conclui que não houve, no período de 1839 a 1899, na Faculdade de Medicina da Bahia, predominância de nenhuma corrente de pensamento filosófico. Contesta que as citações de Comte, encontradas em algumas teses, signifiquem necessariamente a adesão ao Positivismo (1979, pp. 57). De qualquer forma, quanto à afirmação de que Justiniano da Silva Gomes tenha sido o primeiro positivista brasileiro, não existe concordância entre os estudiosos do tema.

A partir daí, começaram a ser cada vez mais numerosos os trabalhos elaborados com enfoque positivista, principalmente na Matemática, na Astronomia e na Física, no interior dos principais estabelecimentos de ensino da então capital do país, dentre os quais, o Colégio Pedro II, a Escola Militar, a Escola da Marinha, a Escola de Medicina e a Escola Politécnica (Lins, 1967, p. 37). Porém, essas pioneiras expressões do Positivismo entre nós não influenciaram de forma considerável outros aspectos da vida do país. Não havia proposta de transformação da nação. Assim, essas manifestações devem ser consideradas, apenas, como "o proto-positivismo", na expressão de Clóvis Bevilacqua" (Rodriguez, 1978, pp. 77-78).

Mas, aos poucos, as idéias positivistas foram sendo gradativamente sistematizadas, passando dos cultores das Ciências Exatas (principalmente dos professores de Matemática) para a sociedade como um todo, ou seja, de um Positivismo simplesmente interessado no conhecimento científico, para uma idéia mais abrangente, que abarcava os aspectos estéticos, sociais e morais dessa doutrina (Lins, 1967, p. 37). Em suma, de uma filosofia da ciência, passou a ser visto como um sistema filosófico mais geral, ou melhor, uma concepção de mundo, aplicável aos problemas da natureza e da sociedade humana.

Esse movimento mais geral do Positivismo brasileiro deu-se a partir de um grupo de jovens brasileiros que foram estudar na Universidade de Bruxelas, em torno do ano de 1860. Dentre eles, pode-se citar Luis Pereira Barreto, Joaquim Ribeiro de Mendonça e Francisco Antonio Brandão Junior. Por meio da influência de uma jovem francesa, Mlle. Marie de Ribbentrop, que, ainda menina, assistiu às aulas de Comte, esses jovens estudantes tomaram conhecimento das idéias positivistas e, mais tarde, vieram a ser, no Brasil, verdadeiros precursores e divulgadores desse pensamento (Rodriguez, 1978, pp. 78).

Dois deles, em 1865, publicaram obras já embasadas no pensamento de Auguste Comte. Brandão Junior, que ainda se encontrava em Bruxelas, publicou *A Escravatura no Brasil, precedida de um artigo sobre a agricultura*. Por outro lado, Pereira Barreto publicou uma obra de menor alcance social *Teoria das Gastralgias e das Neuroses em Geral*, que se tratava de uma tese que revalidou seu diploma, obtido na Bélgica, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em realidade, foi Luís Pereira Barreto (1840 - 1923) quem deu o passo mais importante nessa divulgação, com a obra *As três Filosofias*, na qual a filosofia positivista era apontada como capaz de substituir com vantagem a tutela intelectual exercida no país pela Igreja Católica. A primeira parte foi publicada em 1874 e tratava da Filosofia Teológica; a segunda, publicada em 1876, da Filosofia Metafísica; e a terceira, que nunca foi publicada, seria denominada *Positivismo*.

Inicialmente, tal obra passou praticamente despercebida. Contudo, devido à sua atuação como médico

> e à intensa atividade jornalística, que desenvolveu na imprensa paulista, seu nome tornou-se popular e sua obra passou a ser lida com avidez, influindo fundamentalmente na formação intelectual da mocidade que freqüentava a Faculdade de Direito de São Paulo, merecendo especial menção, entre outros, Alberto Sales (1857-1904), Pedro Lessa (1859-1921), Júlio de Castilhos (1860-1903) (Rodriguez, 1978, p. 79).

Pereira Barreto, um homem de seu tempo, acreditava que a transformação da sociedade brasileira teria que passar necessariamente por uma "reforma radical do ensino oficial". Essa mudança deveria ser feita por meio da educação das massas, orientadas por meio da nova filosofia, ou seja, do Positivismo (Costa, 1967, p. 137).

Sua obra - *As três Filosofias* – tem a primazia na divulgação das idéias positivistas em nosso país, com a pretensão de atuar na realidade, de ser um "novo guia para a inteligência brasileira do seu tempo, um método, uma diretriz que renovasse os padrões da nossa cultura. Libertar a inteligência brasileira das peias teológicas (...) seria seu objetivo." (Idem, 1967, pp. 138-139).

Luis Pereira Barreto nunca foi um pensador ortodoxo. Para ele, a filosofia positivista era mais um método que uma doutrina. Sua posição em relação ao Positivismo fica bem clara nas palavras a seguir:

> O positivismo é, na verdade, antes de mais nada, um método ou uma atitude do espírito, formando uma vasta corrente de pensamento, de que Augusto Comte 'é um representante muito eminente e muito original, mas que o precede, o ultrapassa, o ultrapassa largamente e lhe sobrevive, corrente cuja origem é preciso fazer remontar até à Renascença, e que necessariamente devia engendrar a imensa e rápida expansão da ciência moderna', conforme salienta Edmond Goblot, professor de *História da Filosofia* na Universidade de Lião
>
> Aquilo, pois, que, na construção de Comte, decorre exclusivamente do seu temperamento e das condições emotivas e econômicas em que se viu envolvido e, bem assim, do deficiente desenvolvimento científico alcançado em seu tempo, é *comtismo*, mas não *Positivismo*, muito embora haja este recebido dele a sua mais completa sistematização na época (Lins, 1967, p. 65).

Outro marco importante do início do Positivismo no Brasil foi a fundação da primeira Associação Positivista, em primeiro de abril de 1876, sob a direção de Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, professor de Matemática do Colégio Pedro II. Entre seus integrantes, podem-se citar: Benjamin Constant (1836 - 1891), professor da Academia Militar, que se tornaria um dos chefes do movimento militar que derrubou a Monarquia e proclamou a República; Álvaro de Oliveira, genro de Benjamin Constant, professor catedrático da Escola Politécnica; Miguel Lemos (1854 - 1917); e Raimundo Teixeira Mendes (1855 – 1927). A entidade recebeu o apoio de positivistas que viriam a adquirir grande destaque, como o já citado Luiz Pereira Barreto, entre outros. Oliveira Guimarães propôs a criação dessa sociedade, a partir de dois grupos, um littreísta e outro mais fiel aos ensinamentos de Comte, aceitando, inclusive, a parte religiosa da doutrina. Dessa

maneira, a associação não possuía nenhum caráter militante, mas apenas, o intuito de criar uma biblioteca constituída das obras aconselhadas por Comte (Torres, 1957, p. 33).

No ano seguinte, Miguel Lemos e Teixeira Mendes viajaram para Paris, após terem suas matrículas na Politécnica excluídas por questões disciplinares, onde conheceram Émile Littré e Pierre Laffite. Miguel Lemos decepcionou-se com o littreísmo e tornou-se adepto fervoroso da Religião da Humanidade, dirigida por Laffite.

Ante o falecimento de Oliveira Guimarães, em 30 de janeiro de 1878, a sociedade por ele fundada fica reduzida a quatro adeptos. Porém, em setembro do mesmo ano, dando sinais de vitalidade, é criada a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, com a adesão de novos membros e uma feição mais ortodoxa e religiosa. Declarando-se filiada à direção suprema de Pierre Laffite, tinha como objetivo principal divulgar o Positivismo como uma doutrina fundamental na educação e moralidade da sociedade. Segundo Teixeira Mendes, essa intenção nunca foi alcançada (Torres, 1957, p. 34).

Em 1881, Miguel Lemos e Teixeira Mendes deram origem ao Apostolado Positivista do Brasil que, mais tarde, geraria a Igreja Positivista do Brasil, e cuja finalidade principal era religiosa, ou seja, formar crentes. Os criadores do Apostolado Positivista exageraram na ortodoxia e, pode-se até mesmo dizer, no fanatismo religioso que, provavelmente, afastou muitos adeptos potenciais. O trecho dos estatutos, a seguir transcrito, corrobora essa visão:

> Todos os membros e aderentes do Apostolado Positivista tomam o compromisso solene de conduzir-se de acordo com suas opiniões e de consagrar toda a sua atividade e todo o seu devotamento à incorporação do proletariado na sociedade moderna, resumo de toda ação positivista. De um modo mais explícito, comprometem-se: 1º) a não ocupar cargos políticos; 2º) a não exercer funções acadêmicas, quer no ensino de nossas faculdades e escolas superiores, Instituto Nacional e estabelecimentos congêneres, quer como membros de associações científicas ou literárias; 3º) a não colaborar no jornalismo, diário ou não, nem auferir lucros pecuniários de seus escritos (Apud Soares, 1998, p. 119).

Vale ainda ressaltar a importância do que se convencionou chamar de Escola de Recife. Ao contrário do Apostolado, não havia uma tentativa de se manter pura qualquer tipo de visão, seja o Positivismo de Comte ou qualquer outro pensamento. O que ocorreu foi um combate ao monarquismo, entendido como entrave ao desenvolvimento da sociedade brasileira, impedindo-a de

progredir e, assim, de atingir os estágios mais avançados da civilização. Além do Positivismo de Comte, fervilhavam entre os estudantes de direito de Recife, várias idéias provenientes de diversos autores, tais com o Herbert Spencer, Darwin, Taine, Renan, entre outros. Enfim, tratava-se de "uma espécie de frente cientificista" (Paim, 1979, p. 63).

Os principais representantes dessa escola foram Tobias Barreto (1839-1889) e Silvio Romero (1851-1914). O primeiro, ao aceitar a afirmação de Roque Spencer, nunca recebeu uma influência muito profunda do filósofo francês. Nos seus escritos iniciais, Comte é citado várias vezes, "mas não se nota a adesão efetiva a seus pontos de vista" (1986, p. 131).

Por outro lado, Silvio Romero firmou uma relação mais clara com a doutrina de Comte, embora tenha mais tarde se tornado seu adversário, chegando a declarar, ainda em 1873, que "o positivismo ... está acabado como sistema" (Apud Barros, 1986, p. 133). Segundo Silvio Romero, o grande erro de Comte foi ter

> feito de seu pensamento um *Sistema*, na medida em que o conceito de sistema compreende uma unidade fechada sobre si mesma. Ora, uma ciência de 'livres pensadores' não pode ver-se enclausurada em limites que a coloquem em perigo. É aí que o darwinismo entra no pensamento de Silvio Romero. Segundo Silvio Romero, o darwinismo rompe com a idéia de sistema (Pereira Junior, 1991, p. 19).

Apesar disso, segundo Ivan Lins, Silvio Romero continuou

> completamente preso ao que lhe parecia ser o lado inatacável de Comte, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica. Eis suas próprias palavras em *A Filosofia no Brasil*, estampada em 1878, onde, discorrendo sobre o Positivismo, escreve: "outrora seu sectário, na ramificação dirigida por E. Littré, só o deixei quando livros mais desprevenidos e fecundos me chegaram às mãos. Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Haeckel a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley, e ainda hoje o lado inatacável, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica, me prende completamente".
>
> Ao definir esse lado inatacável do Positivismo, salienta Silvio Romero "a excelente classificação das ciências, superior às propostas por Ampère e Spencer, a idéia de sujeitar a filosofia aos fatos demonstrados pelas outras ciências, elevando-a ao caráter de ciência mais geral" e, mais que tudo, a formulação das leis dos três estados: "Mas o que é altamente duradouro e inapreciável na obra do reformador vem a ser a sua lei da história, a lei dos três estados, teológico, metafísico e positivo" (Lins, 1967, p. 134).

De grande importância para a difusão no Brasil do Positivismo, foi a adesão a essa doutrina de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), em 1857, ano da morte de Auguste Comte, considerando a sua influência no golpe militar que proclamou a República, em 1889. Ao entrar para a Escola Militar,

encontrara um ambiente onde as idéias positivistas já estavam disseminadas e a esse (...) "oficial do exército, oriundo da pequena burguesia, mais professor que militar, estaria reservado um importante papel, não só como propagandista do Positivismo, como das idéias republicanas" (Costa, 1959, p. 42). Após a Proclamação da República, assumiu o recém-criado Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos e, já em 8 de novembro de 1890, com o Decreto nº 981, foi responsável pela primeira experiência, no período republicano, de reforma do ensino brasileiro, a qual "abrangeu a educação primária e secundária do Distrito Federal, bem como o ensino superior, artístico e técnico do país" (Santos, 1945, p. 568). Em relação ao ensino secundário, o principal intento era modificar o seu caráter meramente propedêutico para o ingresso nas escolas superiores, ampliando seus objetivos, de maneira a permitir aos alunos uma formação educativa que os preparasse para a integração à sociedade (Rocha, 2001, p. 14).

Benjamim Constant, para alguns pesquisadores, não foi um positivista ortodoxo, na medida em que não aceitava toda a obra de Comte, mas somente o que era referente à parte filosófico-científica[5]. Com isso, o Positivismo poderia ser dividido em duas correntes: uma mais independente, integrada pelos que não seguiam toda a obra de Comte; e outra, mais ortodoxa ou religiosa, dos seguidores da doutrina positivista como um todo, integrantes da Igreja Positivista do Brasil. Por outro lado, Ivan Lins (1967, pp. 38-39) questiona essa classificação, na medida em que, muitas vezes, eram chamados de não ortodoxos os que não aderiram à Igreja Positivista do Brasil, fundada em 1881, por Miguel Lemos, embora muitos deles aceitassem o conjunto da obra de Comte. Para ele, esse era o caso de Benjamin Constant, que adotara a totalidade da então nova doutrina (Idem, ibdem).

Ivan Lins, em sua obra *História do Positivismo no Brasil*, prefere chamar de *positivistas independentes* aqueles que não seguiram a cartilha de Miguel Lemos (incluídos aí os ortodoxos e os não ortodoxos). Ele ressalta a importância fundamental desses positivistas não só na propagação da doutrina, mas também na ação política:

> Sem esses positivistas independentes (muitos dos quais ingressaram no magistério superior e secundário, militaram na imprensa, participaram do Governo Provisório, da Constituinte, das assembléias e governos estaduais, além de ocuparem importantes postos no Exército e na Marinha, no alto funcionalismo, na

---

[5] Veja, por exemplo: (Simon, 1999, p. 129) e (Costa, 1959, p. 47)

> diplomacia e na Magistratura), quase nula teria sido a influência política do Apostolado, freqüentemente envolvido em problemas de ortodoxia e cerimônias litúrgicas, assim como se foi tornando imperceptível, em nosso cenário cívico, depois de escassearem entre nós os discípulos de Comte alheios ao grêmio de Miguel Lemos e Teixeira Mendes (Lins, 1967, p. 12).

Mas quem eram os positivistas em sua maioria? Uma primeira resposta seria: membros das "(...) frações militares e técnicas da classe média" (ROUANET, 2003, p. 354). Porém, pode-se responder mais detalhadamente a esta questão, com as seguintes palavras:

> Na polifonia das correntes filosóficas do século passado [século XIX] é o tom positivista, por certo, o mais importante a atrair as elites. E os representantes destas são a expressão de uma nova modalidade de burguesia que se oporá à tradicional, a que em regra era constituída pela aristocracia (...)
>
> Estas novas elites originaram-se nos filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que apareceu graças ao desenvolvimento modesto do capitalismo no Brasil. (...)
>
> O Império, ao nascer, havia fundado duas Faculdades de Direito, a de Olinda e a de São Paulo (...). Nestas Faculdades, viveiros dos políticos do Império, estudavam os filhos dos grandes proprietários de terras. Na segunda metade do século, nela começaram a ingressar também os filhos da burguesia comercial e da burguesia burocrática. Mas não apenas aí: ingressavam também nas escolas técnicas, a Central e a Militar, onde procuravam, sobretudo nesta última, em virtude de não possuírem recursos, educação profissional e ilustração (...)
>
> É dessa burguesia formada de militares, de médicos e de engenheiros – mais próximos das ciências positivas graças à índole de suas profissões – que irá surgir o movimento positivista no Brasil. (...) Quase todos também eram homens desiludidos do ecletismo espiritualista, que se ensinava então no Brasil, eram homens que se voltavam para as ciências e que nelas acreditavam encontrar resposta satisfatória e soluções definitivas para todos os problemas (Costa, 1959, pp. 41-42).

Corroborando essa afirmação, vale a pena citar um trecho que descreve a formação de Benjamin Constant e o porquê de ele ter escolhido a carreira militar:

> A organização do nosso exército era uma organização sociocrática no rigor da palavra. O general tinha vindo do soldado, qualquer soldado podia aspirar a ser general, sentava praça, requeria entrada na escola e podia um dia ser general.
>
> O general Deodoro não teve outra origem. Benjamin Constant, filho do povo, procurou a Escola Militar, como meio de adquirir instrução, que ele não podia ter por outra maneira. E assim milhares de oficiais do nosso exército vieram das camadas populares (Mendes, 1944, p. 25).

A partir dessas constatações, é fácil perceber a importância que os adeptos do Positivismo atribuíam à educação, que lhes propiciou a ascensão social, dando-lhes uma profissão e permitindo-lhes o acesso à ilustração. Isso se adequava perfeitamente à visão de Auguste Comte, que acreditava que a educação dos espíritos era imprescindível para se organizar a sociedade, nos moldes da ordem e organização das ciências positivas. Comte acreditava, assim como seus

seguidores, que só poderia mudar a sociedade por meio da educação, de forma lenta e gradual, conforme aumentava o número de adeptos à nova filosofia, e nunca por rupturas ou processos revolucionários. De acordo com Roque Spencer, no século XIX, não só no Brasil, mas em todo o mundo, não se procurava "(...) explicar o estado do ensino como reflexo da situação geral de um país, mas ao contrário, esta como conseqüência daquele: são as idéias que, acreditava-se, movem o mundo e a escola é, por excelência, a instituição que as organiza e desenvolve" (Barros, 1986, p. 10).

Pode-se imaginar o destaque que deveriam ter, na mente dessas novas elites brasileiras, (...) "os filósofos 'populares' do século XIX (...); basta pensar o lugar que ocupa a educação em obras como as de Comte, Spencer ou Stuart Mill" (Barros, 1986, p. 11). Acreditava-se que, levando a "luz" da instrução ao povo brasileiro, poder-se-ia formar o cidadão, tanto cívica quanto moralmente, de maneira a elevar o Brasil à altura das grandes nações do "mundo civilizado". Talvez essa seja a razão do êxito do Positivismo no Brasil, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, pois ia ao encontro das aspirações das classes intelectuais da época, já que (...) "a doutrina de Comte fornecia uma límpida filosofia da história, a servir como guia da ação, e desembocava numa teoria geral da educação. Nenhum instrumento serviria melhor aos nossos intelectuais" (Barros, 1986, p. 13).

Grande parte dessa intelectualidade era formada por engenheiros, oficiais do exército, professores de Matemática e de Ciências Naturais, o que implica dizer que eram pessoas com uma boa base matemática em sua formação. Assim sendo, pela importância dada por Comte, não só à Matemática, mas também às Ciências Naturais, na construção de seu sistema filosófico, essa intelectualidade brasileira identificou-se com as idéias do Positivismo, mesmo que não aceitassem seu lado religioso ou a visão de sistema filosófico e, na maioria das vezes, em conjunto com outras idéias cientificistas que foram a característica principal do século XIX.

Como já dito anteriormente, a Academia Militar foi a que mais se aproximou, no Império, das mudanças preconizadas pelos reformadores portugueses de 1772, o que, a princípio, tornaria mais suscetível que seus alunos aceitassem uma mentalidade mais cientificista, um campo fértil para as idéias de Comte. Seus estudantes eram recrutados em famílias já tradicionalmente de militares e de camadas mais desfavorecidas, quase nunca da elite. Porém, nesse

caso, não se deve perder de vista o que significa “não-elite”. Isso porque, mesmo os oficiais de origem mais humilde faziam parte da população de letrados que tiveram oportunidade de receber uma educação além da básica. Para se ter uma idéia quantitativa, o censo de 1872 demonstra que “de uma população livre de oito milhões e meio de habitantes, havia menos de doze mil alunos matriculados nas escolas secundárias”, ou seja, em torno de 0,14% e “não mais do que 8000 pessoas com educação superior”, o que corresponde a 0,094% do total de brasileiros livres (Castro, 1995, 27).

Essa visão, até aqui sintetizada, concebe a atuação e a perspectiva de mundo dessas novas elites letradas, especificamente a formada pelos militares, sob influência de sua origem social. Sendo assim, é privilegiada “a classe”, a “camada” ou “extrato” de onde vieram, sendo eles, de alguma maneira, representantes desses grupos sociais. Por outro lado, um outro enfoque seria o de Celso Castro, que procura explicar esses mesmos assuntos por meio de uma visão, pode-se dizer, mais sociológica., em que se privilegia “o peso da socialização profissional a que são submetidos”, bem como “a rede de interações sociais em que vivem” os membros de uma dada categoria profissional, ou seja, “a pergunta mais importante a respeito da origem social é como ela é *percebida* e representada pelos indivíduos, e de que modo isso afeta suas relações. O assunto fica, portanto, imerso no campo da *cultura*” (Castro, 1995, p. 25).

Abrindo um parênteses nesse ponto do arrazoado, sabe-se da crítica feita por Angela Alonso a esse tipo de visão:

> Há estudos circunscrevendo o movimento intelectual às instituições ‘intelectuais’ do Império, como, por exemplo, às faculdades de direito e medicina (Schwartz, 1993) e à escola militar (castro, 1995). De fato, os membros dos movimentos intelectuais eram jovens educados. Mas daí não se segue que as escolas de ensino superior do Império fossem unidades de organização do movimento ou de produção de sua identidade coletiva. Uma abordagem não-institucionalista permitiria ler a criação de associações pelo movimento intelectual como indício da própria falência das instituições educacionais (...). Será apenas na República que os membros do movimento dos anos 1870 passarão a integrar instituições propriamente intelectuais (Alonso, 2002, pp. 26-27).

Mesmo sabendo das limitações, pode-se dizer “culturais”, dessa visão, ela é suficiente para o objetivo que se tem aqui, de analisar o golpe militar de 1889 do ponto de vista dos cientificistas, mais particularmente dos positivistas, que dele participaram diretamente. Ou seja, não se está pretendendo interpretar o

movimento intelectual da segunda metade do século XIX como um todo, como faz Alonso em sua citada obra.

Considerando que as escolas superiores destinadas à formação de quadros políticos e burocráticos só vieram a ser criadas após a independência, durante a época da colônia, os componentes das elites letradas eram, como já estudado, recrutados principalmente entre os egressos da Universidade de Coimbra, já que o número de brasileiros formados em outros países não era significativo. Só a partir da criação dos cursos de Direito em 1827, iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife; da fundação de uma Escola de Farmácia Ouro Preto, em 1839; e, no mesmo local, da instalação de uma Escola de Minas em 1876 (Carvalho, 2003, p. 74) , é que começou realmente a se formar uma elite destinada a suprir os quadros políticos e públicos do país.

Essas elites, com formação principalmente em Direito e, em menor escala, em Medicina, provinham, em sua maioria, das oligarquias rurais e dos representantes da burocracia que aqui chegou com a corte de D. João VI, em 1808 (Martino, 2001, p. 27). Tinham como característica o desprezo pelo conteúdo mais técnico do ensino militar - não esquecer que, nessa época, os engenheiros eram formados nas escolas militares, pois esse tipo de ensino era considerado inferior pelos bacharéis, que tinham como paradigma de uma boa formação, a cultura humanística e clássica. Essas elites letradas, forjadas em uma sociedade escravocrata, não poderiam ser seduzidas pelo trabalho técnico ou manual. Foram, então, responsáveis pela criação do que se pode chamar de mentalidade "bacharelesca", resultado de um ensino voltado para as letras e a retórica e avesso à ciência experimental, que resultaria num trabalho técnico e produtivo. E foram elas que, durante todo o segundo Império, estiveram no centro do poder, principalmente nos dois principais partidos que alternavam a predominância no parlamento e no governo. Isso também explica porque, apesar de a competição política entre eles ter sido intensa, não havia diferenças significativas quando qualquer um deles estava no poder. O trecho a seguir descreve bem a origem de seus membros e as semelhanças entre os partidos Conservador e Liberal, constituídos no final da década de 1830, além da forma em que as elites imperiais formalizaram as regras do jogo político, após as revoltas do período regencial:

> A semelhança entre os dois partidos, o ar de família de que falava Martinho de Campos eram produto da semelhança de suas bases sociais. No passado, alguns historiadores identificaram o partido liberal com grupos urbanos e o partido conservador com fazendeiros. Outros fizeram exatamente o oposto, notando laços entre os homens de negócios e os burocratas e o partido conservador e identificando o partido liberal com os interesses agrários. Ambas as avaliações eram meras conjecturas baseadas em impressões pessoais e por isso provavelmente equivocadas, pois, dependendo da época, ser conservador ou liberal não significava necessariamente algo diverso. Mais recentemente, Murilo de Carvalho chegou à conclusão mais fundamentada de que os interesses agrários estavam igualmente representados nos dois partidos. Também notou que comerciantes e burocratas encontravam-se em maior número no partido conservador e os profissionais liberais no partido liberal. Essa categorização se esclarece quando nos lembramos de que o partido conservador esteve mais tempo no poder (26 anos, contra 13 dos liberais) e, portanto, teve mais oportunidade de exercer patronagem, o que explica a maior incidência de burocratas no partido conservador.
>
> Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse geralmente mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas. Isso não diminuía em nada a intensidade da competição política nem a paixão da disputa eleitoral (Costa, 1999, pp. 160-161).

Qualquer que seja a maneira que se entenda a influência do Positivismo e de seus seguidores, certo é que eles tiveram participação no movimento republicano, além de na Proclamação da República, em 1889, e na Assembléia Constituinte, de 1891. Nessa Constituinte, os positivistas alcançaram reformas, tais como: separação entre Igreja e Estado; liberdades religiosa e profissional; proibição do anonimato na imprensa; abolição de medidas anticlericais e, posteriormente, com a reforma educacional capitaneada por Benjamin Constant, conquistaram um elemento de grande valia na divulgação e expansão das idéias positivistas. Cabe notar que o dístico de nossa bandeira republicana, *Ordem e Progresso*, sugerido por Benjamin Constant, é um emblema que demonstra essa participação dos positivistas na construção da república brasileira.

César Castro, em seu livro *Os Militares e a República - um estudo sobre cultura e ação política*, apresenta uma interpretação distinta da historiografia tradicional, em relação ao golpe militar, que derrubou a Monarquia e proclamou a República no Brasil, questionando os três princípios basilares que sustentam essa visão mais clássica, os quais se encontram sintetizados a seguir.

Os militares que, durante quase todo o Império, não provocaram nenhuma crise política com sua interferência, foram peças fundamentais no golpe republicano, que obteve sucesso praticamente sem resistência. Essa facilidade na

tomada do poder é que provocou a idéia de que a República era uma fatalidade histórica, com exceção, é óbvio, da retratada nos trabalhos empreendidos por estudiosos monarquistas. A segunda interpretação, vinculada à historiografia tradicional, refere-se à unidade que os militares forjaram paulatinamente a partir da Guerra do Paraguai. E, finalmente, proveniente também da facilidade com que a República foi proclamada, existe o senso comum na historiografia, de considerar o golpe como "o resultado final de um longo processo histórico, o ponto de chegada onde se realizaram tendências de longa data" (Castro, 1995, pp. 8-9).

É certo que a conspiração, organização e execução do golpe republicano se deveram aos militares. Embora houvesse muitos republicanos civis, eles não tiveram participação digna de nota, antes desse acontecimento. O golpe, apesar de não ter encontrado resistência, não foi um resultado inevitável. Havia um grau de risco de não ter acontecido ou fracassado, principalmente pelo fato de que "apenas uma pequena fração do exército e com características bem específicas" esteve nele envolvido (Castro, 2000, pp. 8-9). Se não foram todos os militares, chefiados por Deodoro, a apoiar a República, quem foi, então, esse pequeno grupo de militares? A resposta dada por Celso Castro é a seguinte:

> A grande maioria dos praças, por exemplo, esteve ausente da conspiração e do golpe contra a Monarquia. Da ampla categoria 'os militares', agora reduzida aos oficiais, devemos retirar também a Marinha, pois sua participação foi mínima. Mesmo no Exército, os oficiais que participaram ativamente eram, em grande parte, jovens oficiais, de patentes inferiores. Com exceção de Deodoro da Fonseca, da preparação do golpe estiveram ausentes os generais, e havia muito poucos oficiais superiores. Finalmente, em sua maioria, os oficiais inferiores e alunos militares vinham dos chamados 'corpos científicos' do Exército, constituídos pelas armas de estado-maior, artilharia e engenharia – na linguagem da época, eram 'a mocidade militar'. Não foi portanto a 'classe militar' que deu o golpe, mas uma parcela mais específica. É preciso desfazer a imagem de que a necessidade de transição para a república era consensual entre a maior parte dos oficiais do Exército (1995, p. 9).

Continuando a análise de Castro, far-se-á a caracterização dos jovens militares formados na Escola Militar da Praia Vermelha, aos quais foi dada a denominação de "científicos" que, contrapondo-se à situação já descrita, também desprezavam e se opunham aos bacharéis em direito.

O que diferenciava o ensino da Escola Militar era a grande ênfase nos estudos das Ciências Naturais e, principalmente da Matemática, cadeiras de maior destaque no programa daquele centro de ensino. Tanto que a Escola Militar passou a ser denominada, entre seus alunos, de "Tabernáculo da Ciência". Essa

formação, para os jovens militares, funcionava como um forte poder figurado, que os destacava e que, de certa forma, ajudava a criar a sua identidade, no contexto social em que viviam. No entanto, é preciso relativizar o ensino científico ministrado nessa Escola Militar, eis que, na realidade, não eram feitos estudos práticos ou experimentais dignos de nota. No ensino, havia a predominância do mesmo estilo "bacharelesco", em que se pautavam as faculdades de direito. Aliás, nas escolas e, posteriormente, na Escola Politécnica, era possível a obtenção do título de "Bacharel em Matemática e Ciências Físicas", o que implicava, na prática, a disputa por prestígio social "usando armas diferentes, mas lutando segundo as mesmas regras" (Castro, 1995, pp. 55-56).

Outra característica a ser relevada, era a socialização dos "científicos", uma vez que grande parte deles vinha de todas as partes do país, notadamente das províncias menos desenvolvidas, o que fazia com que a importância do grupo de pares fosse reforçada e fossem desenvolvidos "os laços horizontais de camaradagem e lealdade" (Castro, 1995, p. 59). Essa característica importante dos jovens militares implicava que

> afastados da terra natal, ao ingressar na Escola Militar (...) passavam a ter como grupo básico de referência não mais suas famílias e sim os outros alunos, entre os quais se desenvolvia intensa convivência. O início era difícil. O novato precisava sofrer com resignação o rito dos trotes (...). A submissão, no entanto, aproximava-os dos alunos veteranos, principais responsáveis pela socialização dos novos alunos no ambiente cultural da Praia Vermelha.
>
> Havia uma marcante concentração de interações dentro do próprio grupo de alunos, reforçando seu espírito-de-corpo. É notável, em seus relatos, a palidez da imagem que os alunos guardam de seus professores e comandantes, em contraste com a vívida lembrança da interação com colegas. Afastados de suas famílias por muitos anos e desde cedo, tinham em seus pares o grupo fundamental (Castro, 2000, pp. 13-14).

Em muitas escolas, o cientificismo influenciou as novas gerações, como nas faculdades de Direito e de Medicina, ou até mesmo em cursos secundários, como no Colégio Pedro II, mas em nenhum outro lugar ele foi tão predominante quanto na Escola Militar da Praia Vermelha.

Essa posição, mais filosófica que científica, considera válido apenas o conhecimento dito científico. Essa visão se constituiu no mito da Modernidade, que substituiu, com idéias de progresso e razão, a intuição, a paixão e o ímpeto revolucionário dos românticos. Os cientificistas acreditavam que a evolução e o determinismo que alicerçavam a ciência do século XIX podiam ser transplantados

do mundo natural para a sociedade. No referido século, o que predominou então foi

> o tipo intelectual característico do cientificismo (...), encarnado em diversos *ismos*: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo. Todos procuravam descobrir a *lei* que rege o progresso, que determina a evolução. Com Comte, por exemplo, ela tomaria a forma da lei dos três estados; com Darwin e Haeckel, da luta pela vida e da sobrevivência dos mais aptos; com Spencer, da evolução do homogêneo para o heterogêneo, da diferenciação. Aplicadas à realidade brasileira, essas diferentes interpretações cientificistas apontavam um único sentido: a história nacional era pensada como parte do movimento universal, e não como entidade distinta (Castro, 1995, p. 54).

Dessa maneira, esse universalismo era o resultado da crença de que o "determinismo presente no mundo natural seria o mesmo que rege o desenvolvimento da humanidade". Essa postura aponta no sentido de que os "valores morais, políticos e filosóficos passassem a ser vistos como manifestação do estágio em que se encontrava a humanidade". Daí, pode-se concluir que havia uma identidade entre o nacional e o que ocorria no resto do mundo, sendo a realidade política, social e econômica do Brasil na época, entendida como um ponto do percurso, já ultrapassado pelas nações "mais civilizadas". A função dos "científicos", que teriam uma visão mais próxima desse estágio mais adiantado, seria assumir a responsabilidade em "apressar a marcha do progresso do país, de forma a que ele passasse a tomar parte, ativamente, da história universal" (Castro, 1995, pp. 54-55).

E, nesse contexto, qual o papel desempenhado pelo positivismo de Comte? Obviamente, ele foi importante por trazer idéias férteis a ambientes em que a Matemática e as Ciências Naturais, as inovações técnicas, a indústria e a meritocracia eram amplamente valorizadas. Além disso, com suas Leis dos Três Estados, previa um estado positivo, a ser alcançado no futuro, cujo comando teria que necessariamente ser desempenhado por pessoas com formação científica. Contudo, diferentemente do que muitas vezes se afirma, não foi a sua forma ortodoxa que prevaleceu nos meios militares, mas sim, a postura de valorização do conhecimento científico, deixando de lado a sua visão como um *Sistema*.

Entre os lentes da Escola Militar, o Positivismo não era hegemônico, apesar de contar com adeptos como Benjamin Constant e Trompowsky, ambos professores de Matemática. Mesmo assim, nem na Matemática Superior ele "reinava absoluto: Manuel Peixoto Cursino do Amarante, professor de mecânica

racional, era fervoroso católico e monarquista. Segundo Nachmnan, a porcentagem de professores positivistas na Escola Militar era de apenas 13% em 1881 e de 16% em 1886" (Castro, 1995, p. 67).

Quanto aos alunos, a situação era diversa, tendo em vista que o Positivismo era muito disseminado entre eles, mesmo que não adeptos, em número significativo, da Igreja Positivista. Castro, porém, defende a idéia de que o Positivismo era assunto mais das palestras literárias ou científicas, ou seja, "das sessões dos diversos grêmios de alunos", do que das aulas da Academia Militar (1995, p. 67).

Constant e Trompowsky, declaradamente positivistas, mantêm-se fiéis à doutrina de Comte, mas se restringiam, em suas aulas e trabalhos, à Filosofia Comteana da Matemática, abstendo-se de utilizarem qualquer outro autor cientificista e qualquer outra parte da filosofia positivista de Comte. De forma diferente de seus professores de Matemática, entre os alunos da Academia Militar, o que predominava era uma mistura de diversos movimentos doutrinários cientificistas e o "importante para os jovens 'científicos' não eram as filigranas doutrinárias, e sim o espírito geral dessas doutrinas (...) a fé no progresso e na posição de destaque devida à ciência" (Castro, 1995, p. 73). Não importava que

> Comte havia atacado a idéia de evolução em biologia, e seus seguidores mais completos – especialmente Laffite e Littré – rejeitaram as doutrinas de Darwin como meras hipóteses carentes de uma base factual. Além disso, em termos políticos, enquanto Comte era um autoritário, Spencer era um liberal (Castro, 1995, p. 71).

Podia-se encontrar, mesmo em trabalhos específicos de Matemática, elaborados por alunos, tanto referência a outras partes da Teoria Comteana, quanto a idéias de outros pensadores cientificistas. Como exemplo, pode-se citar

> o livro *Elementos de álgebra ou cálculo das funções diretas* (1885), dos gêmeos Alfredo Cândido e Antonio Gabriel de Moraes (...), recém-formados pela Escola Militar (...). O que causa estranhamento ao leitor atual – posto que o ensino do final do século XX nos habituou a ver a matemática como repleta de números fórmulas, cálculos e equações – é fato de esses elementos que povoam nosso senso comum matemático estarem fora das duzentas primeiras páginas do livro. O que pode haver, além dos números, em duzentas páginas de um livro de álgebra? Basicamente positivismo. Os primeiros capítulos são intitulados "Teoria Elementar da abstração" , "Classificação das ciências" , "Apreciação da lógica positiva" e "Coordenação da Filosofia da matemática". São mencionados os pontos essenciais da filosofia de Comte, mas surgem referências também à classificação das ciências de Spencer. Apesar de abertamente comteanos, os irmãos Moraes Rego não são ortodoxos; admitem certos defeitos na classificação das ciências de Comte (Apud Castro, 1995, p. 70).

Foram esses alunos - formados no ideal cientificista de progresso - que combatiam o espírito "bacharelesco" predominante na elite dominante no segundo Império, mas, muitas vezes, utilizavam-se dos mesmos recursos para atingirem prestígio social - os principais representantes das idéias republicanas no exército brasileiro. Esse afastamento dos oficiais da elite política do Império, especialmente dos bacharéis formados pelas faculdades de Direito, deveu-se, em grande parte, à mudança da composição social do quadro de oficiais do exército, o qual, até 1850, mantinha a característica de elite em que esse quadro foi formado. A partir daí, várias mudanças, tais como, baixa remuneração, más condições de vida e lentidão nas promoções, desencorajaram "os filhos das grandes famílias a dedicarem-se à carreira militar" (Fausto, 2002, p. 129).

Esses jovens "científicos", que desfrutavam de um meio intelectual muito mais matizado pelas diversas correntes cientificistas do século XIX que seus mestres da Academia Militar, tiveram crucial participação no golpe de 1889, que proclamou a república no Brasil.

A Proclamação da República foi, em si, um fenômeno militar, praticamente separado do movimento republicano civil, cujos líderes "foram colocados a par da conspiração apenas quatro dias antes de seu desfecho" (Carvalho, 2002, p. 49). Depois da Proclamação, foram dadas várias versões aos acontecimentos de 15 de novembro, que dividiram os partidários de Deodoro, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. Na realidade, caracterizava-se a luta pela construção de uma versão oficial dos acontecimentos, bem como "a luta pelo estabelecimento do mito de origem" (Carvalho, 2002, p. 35). Aqui, será apresentada apenas a participação dos militares, com ênfase nos estudantes e membros da jovem oficialidade oriundos da Escola Militar, conforme análise de Celso Castro (1995). Essa opção se justifica, não só pelo tema deste trabalho, mas também pelo fato de que "o golpe foi militar em sua organização e execução. Políticos republicanos civis tiveram um papel importante na organização do novo regime; não antes" (Castro, 1995, p. 176). Deve-se ter em vista também que

> é um engano supor que o Golpe de Estado de 15 de novembro foi a materialização de um projeto de utopia, lentamente amadurecido por duas décadas de ação republicana. Talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana, se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que lhe reivindicou como memória (Lessa, 1999, p. 59).

Em contraposição aos militares científicos havia os oficiais que não possuíam formação superior, mas que eram maioria e possuíam uma ligação mais forte com a vida na caserna e com a tropa. Aos primeiros pertencia Benjamin Constant (1837-1891) e aos outros o Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), duas das principais figuras da Proclamação da República brasileira.

Deodoro representava uma jovem oficialidade que não possuía uma ideologia bem definida sobre a República. Eram movidos por um sentido corporativo, de luta contra o pouco prestígio dado aos militares na época do Império, mesmo após o esforço por eles despendido na luta contra o Paraguai. O Marechal Deodoro foi importante figura no que se convencionou chamar de a "Questão Militar", que representou, *stricto sensu*, "uma série de conflitos entre militares e o governo iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até maio de 1887" (Castro, 2000, p. 28). Na realidade, a "Questão Militar" constituiu-se de uma série de eventos, que colocou em confronto direto oficiais do Exército e políticos conservadores e monarquistas. O estopim foi a proibição por lei de os militares discutirem assuntos políticos na imprensa:

> o motivo que iniciou a questão foi a repreensão feita pelo governo a dois oficiais do exército, os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, por declarações feitas na imprensa. O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, comandante das Armas e presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, logo foi envolvido, pronunciando-se a favor dos dois oficiais. Várias reuniões de oficiais ocorreram e, com isso, a questão passou a se configurar, cada vez mais, como um confronto entre militares e governo, e não apenas como um caso isolado de indisciplina ou de perseguição política (Castro, 2000, pp. 28-29).

No início de setembro de 1886, o Marechal Deodoro decidiu que não iria punir Senna Madureira, mas o Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, que antes mandara prender Cunha Matos, já o fizera. Deodoro foi exonerado e transferido para o Rio, enquanto que Madureira se demitiu.

Em 23 de setembro de 1886, Júlio de Castilhos escreveu, aproveitando para atacar a Monarquia em seu próprio jornal, um artigo chamado *Arbítrio e Inépcia*, hostilizando violentamente a coroa, bem como tornando explicitamente a "questão militar" uma celeuma política e nacional. Em seu quarto artigo sobre essa discussão, publicado no dia 30 do mesmo mês, o Exército era apresentado como a única força que se mantinha "impoluta" em uma "nação em ruínas" (Castro, 1995, pp. 87-88). Fatos como esse ajudaram a fomentar a disputa entre o Exército e o Governo, cujas raízes talvez estivessem na perda de importância e

espaço político pelos militares, no decorrer do Império. Até mesmo a composição social de seus quadros que, por volta de 1850, eram formados pela elite, foram adquirindo feições menos aristocráticas. Se antes os filhos das esferas abastadas eram encorajados a seguir carreira militar, após 1850, devido aos problemas já citados (baixa remuneração, precárias condições de vida e lentidão nas promoções), apenas os egressos de classes sociais mais humildes, em geral vindos de famílias dos próprios militares ou de burocratas do governo, tinham interesse pela carreira militar.

Deodoro chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado de Sena Madureira, em 26 de janeiro de 1887, em um clima ainda tenso e foram recebidos como heróis pelos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha.

Alguns dias depois, mais precisamente em 02 de fevereiro de 1887, aconteceu uma reunião no Teatro Recreio Dramático, contando com a presença de Deodoro, Sena Madureira, Cunha Matos e Benjamin Constant (Castro, 2000, p. 29 e Castro, 1995, p. 92). A historiografia oficial costuma enfatizar o comparecimento nessa reunião de cerca de 200 oficiais, o que seria um número altamente expressivo, já que a Corte contava com um total de 500 oficiais. Entretanto, segundo Celso Castro, tal afirmação não corresponde à verdade, uma vez que compareceram Deodoro, Sena Madureira e Cunha Matos, além de Benjamin Constant e cerca de 180 oficiais e alferes-alunos "científicos". Os generais que serviam na Corte não compareceram, bem como nenhum membro da Marinha. Foram apenas mais um ou dois oficiais superiores além dos já mencionados. Quem compareceu, portanto, e maciçamente, foi a "mocidade militar" (Castro, 2000, p. 29).

Após muitas tensões, em maio do mesmo ano, o Ministro da Guerra Alfredo Chaves caiu; Deodoro, Madureira e Cunha Matos foram "perdoados" por D. Pedro; e Deodoro considerou encerrada a questão militar. Pela primeira vez na história do Brasil, os militares revelavam, com vigor e clareza, a existência de uma "classe militar" - supostamente unida e coesa - no país, embora a questão militar não tenha mobilizado toda a instituição, mas sim uma minoria, e com quase nenhuma participação de oficiais superiores e total ausência da Marinha. Apesar disso, deve-se ressaltar que

> os militares que participaram da questão, conscientemente ou não, conseguiram vinculá-la a um ressentimento contra os civis em geral e os políticos

> em particular, manipulando elementos simbólicos extremamente importantes para os militares, como 'honra' e 'brios'. Como resultado, eventos que podiam ter sido tratados como simples casos de indisciplinas e insubmissão ao poder civil transformaram-se em episódios de defesa da 'classe militar' contra o que percebiam ser uma humilhação e afronta do governo ao que possuíam de mais caro. Com isso, se efetivamente apenas uma parte do Exército se mobilizou, muitos oficiais leais ao governo passaram a ver com simpatia, embora à distância, o desenrolar dos acontecimentos (2000, pp. 31-32).

Nesse contexto de afirmação de um *esprit de corps* entre os militares, cabe destacar a criação do Clube Militar, em 26 de julho de 1887, sob a presidência de Deodoro. A baixa atividade, bem como um número reduzido de membros, a maioria entre oficiais de baixa patente, demonstrava "menos que sinal de desmobilização política, [sugeria] que o Clube era um espaço mais virtual do que real, a ser ocupado apenas para se evocar a classe militar" (castro, 1995, p. 154).

Benjamin Constant, ao contrário de Deodoro, um autêntico tarimbeiro, cuja vida esteve sempre vinculada ao Exército e que devia sua ascensão à sua coragem e qualidade como soldado em diversas operações de guerra, foi um Bacharel formado pela Escola Militar, um científico. Embora tenha participado da Guerra do Paraguai como Engenheiro Militar, sempre se mostrou alheio e desinteressado à carreira militar, o que estava de acordo com a doutrina de Auguste Comte, na qual ingressou mais por necessidade do que por vocação. Sua principal atuação sempre foi acadêmica, principalmente como professor de vários estabelecimentos de ensino. De acordo com Castro, foi na Questão Militar "a primeira vez que Benjamin atuou voluntariamente como membro da 'classe militar' e não como professor de matemática" (2000, p. 37).

Celso Castro, em uma interpretação novamente dissonante da historiografia oficial - que considera Constant o líder e divulgador das idéias positivistas entre a jovem oficialidade, devido em grande parte à biografia que Teixeira Mendes escreveu sobre ele - descreve Benjamin Constant não como um líder carismático, mas como um professor de Matemática, que não era popular entre os alunos:

> Não há, em qualquer dos depoimentos de ex-alunos, menção a encontros ou conversas informais fora da sala de aula. Exceto as reuniões a que compareceu durante a Questão Militar e no Clube Militar, todas as referências são a sala de aula (2000, p. 45).

Em realidade, ele não era esse líder carismático que teria doutrinado seus discípulos para a causa republicana e positivista, mas sim, foi escolhido para desempenhar esse papel, pela mocidade militar, que estava "à procura de um

líder" (Castro, 2000, p. 58). Mocidade essa que, como já discutido anteriormente, possuía uma unidade de pensamento e objetivos, de acordo com o espírito cientificista da época, que fazia parte da formação dos oficiais científicos, primordialmente, em seus grêmios e associações.

Entretanto, não se deve imaginar que Benjamin teria sido simplesmente levado pelos acontecimentos. O que houve foi uma simbiose entre os que estavam em busca de uma liderança, e aquele que soube assumir o papel de forma consciente e determinada, conquistando, de certa maneira, o espaço que estava vago. A conquista da liderança não se deveu apenas à sua biografia - um dos poucos oficiais superiores que participaram da Questão Militar em defesa da "classe militar" - mas também, e principalmente, ao comparecimento a

> reuniões, proferindo discursos e expressando publicamente sentimentos que ele se habilitou ao carisma que lhe foi atribuído; Benjamin foi *responsável* por seu carisma. Este só foi 'reconhecido' por seus 'discípulos' após vários momentos de encontro e de sedução, de dádivas e retribuições. Só depois de vivê-los é que Benjamin e a 'mocidade militar' se decidiram a tentar, juntos, uma aventura política (castro, 2000, p. 60).

Qualquer que seja a interpretação que se dê, certo é que Benjamin Constant foi importante na conspiração que desembocou no Golpe Militar, derrubando o regime imperial. Não se pretende aqui entrar em detalhes sobre essa conspiração. Desde a Questão Militar, em que ocorreram vários fatos que exacerbaram o conflito entre a 'classe militar' e o governo, que o marechal Deodoro estava envolvido em acontecimentos nesse sentido.

Organizados no Clube Militar, no dia 9 de novembro de 1889, os militares, a bem da verdade, Benjamin Constant – Deodoro por motivo de saúde não estava presente -, apoiado pela mocidade militar, realizaram uma assembléia geral, por coincidência histórica, na mesma data do famoso baile da Ilha Fiscal, promovido pelo Imperador. Foi uma assembléia de ânimos exaltados, em que Benjamin Constant ataca os atos do governo que, segundo ele, eram contrários e desrespeitosos à "classe militar". São surpreendentes, tendo em vista a biografia de Benjamin Constant, assim como sua opção doutrinária, as palavras finais de seu discurso, em que afirma que seria necessário romper com os meios legais para mudar o estado a que chegara a nação. Benjamin Constant, como consta da ata da assembléia,

> estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado – o amor à família – para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da pátria que era

> vítima de verdadeiros abutres, para que só pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer (Apud Castro, 2000, p. 66).

Após a assembléia no Clube Militar, Benjamin Constant, os jovens oficiais, bem como os tarimbeiros Sólon, Bandeira e Mena Barreto, estavam dispostos a levar em frente o movimento para derrubada do Império. Assim, no dia 10 de novembro, Constant foi à casa de Deodoro, "informá-lo da sessão do dia anterior no Clube Militar e falar-lhe claramente sobre a necessidade de uma revolução republicana". Nesse encontro, Deodoro comprometeu-se com a mudança do regime (Castro, 2000, pp. 67-68).

Em 11 de novembro de 1889, em meio a mais uma crise, personalidades civis e militares, incluindo Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva, participaram do primeiro encontro de Deodoro com líderes republicanos civis. A intenção era convencer Deodoro, figura conservadora e de prestígio, a liderar o movimento contra a monarquia. A princípio relutante em aceitar a incumbência, por ser amigo do Imperador, entre outras razões, Deodoro acabaria concordando em pelo menos derrubar o Visconde de Ouro Preto, chefe do Gabinete. Em suma, nessa reunião foi acertado que seria dado um golpe contra o Governo.

Devido a boatos de que Deodoro seria preso, os acontecimentos foram precipitados e, assumindo o comando da tropa, nas primeiras horas do dia 15 de novembro de 1889, ele partiu para o Ministério da Guerra, onde se reuniam os líderes monarquistas, os quais foram todos depostos, e a República foi proclamada.

Para José Murilo de Carvalho, o golpe foi de natureza tenentista, pois, na verdade, era liderado por oficiais subalternos:

> o levante dos três regimentos, que formaram a 2ª brigada a 15 de novembro, foi todo ele liderado por oficiais subalternos. Ao se encaminhar para a praça da Aclamação, o único oficial superior arregimentado que os acompanhava era o Major Sólon, que assumira o comando do 1º de Cavalaria. O outro oficial superior era Benjamin Constant, professor, convocado somente após estarem as tropas já de prontidão. As praças não tiveram participação ativa (2005a, p. 44).

Carvalho salienta também a importância da liderança do Marechal Deodoro, militar de grande prestígio na tropa, para que o movimento fosse bem sucedido. Falando das tropas revoltosas, ele afirma:

> Essas tropas não passavam de 500 homens e não tinham condição alguma de vencer o contingente legalista postado dentro e fora do quartel-general. Só o brigadeiro Almeida Barreto comandava 1096 homens, mais do que suficientes para derrotar os insurretos. A vitória da revolta dependia da adesão do resto da guarnição. Os conspiradores contavam com o prestígio de Deodoro para conseguir essa adesão. Não erraram. A um simples comando do general, Almeida Barreto se passou para o lado rebelde, o mesmo fazendo o coronel Ourique Jaques com todo um regimento (2005, p. 44).

Por outro lado, Celso Castro avança um pouco mais na análise da ausência de reação dos monarquistas ao golpe que derrubou o segundo reinado:

> Os motivos para a falta de reação por parte das tropas do governo podem ser encontrados, em parte, nos longos anos de insatisfação profissional dos militares. Outra parte deve ser creditada à falta de uma liderança disposta a tomar a iniciativa do combate, tão essencial nesses momentos, e cuja ausência rapidamente transforma situações de clara superioridade tática em derrotas completas. A inabilidade de Ouro Preto no trato com os militares também parece ter dado sua parcela de contribuição para a falta de resistência (Castro, 2000, p. 74).

Finalizando essa análise sintética da Proclamação da República, vale ressaltar que tanto Benjamin Constant quanto os jovens oficiais científicos não tiveram, na prática, atitudes de positivistas ortodoxos. Isso porque, para os comtistas, a República teria que ser alcançada por meio do convencimento e nunca com o uso da força. Porém, no dia 15 de novembro de 1889, em que pese toda a ideologia cientificista, agitação e propaganda dos jovens oficiais[6], foi o *esprit de corps* que deu a vitória aos revoltosos na Proclamação da República.

E a participação do Apostolado Positivista nos acontecimentos que culminaram com a Proclamação da República? Miguel Lemos e Teixeira Mendes, principais líderes desse movimento, enfatizavam, em detrimento dos outros pontos, o caráter religioso do positivismo comteano, principalmente nos ensinamentos finais de Comte, em que eram salientados aspectos religiosos e ritualísticos. Eram extremamente ortodoxos em relação ao pensamento, ou ao que eles acreditavam ser o pensamento do mestre, o que implicou o distanciamento de importantes positivistas do Apostolado.

Esses entusiasmados e dignos apóstolos eram antiliberais e simpatizantes de uma Ditadura Republicana, comandada por um Ditador Central em uma ordem federativa. Os principais pontos de sua plataforma eram: o combate à democracia

[6] Como já relatado anteriormente, ao contrário da propaganda após a Proclamação da República, os jovens oficiais oriundos da Escola Militar não eram, na maioria, positivistas ortodoxos, aproximando-se mais do rótulo de cientificistas.

e ao voto popular como medida legítima para a implantação de um mandato governamental; a centralização do poder em mãos do Chefe do Executivo vitalício, inclusive no que tange às tarefas legislativas, como por exemplo, a elaboração de leis, e conseqüente redução da assembléia política à votação dos orçamentos; e a continuidade administrativa, garantida pela indicação do novo governante pelo próprio ditador.

Tendo em vista os já apresentados compromissos que assumiam os membros e aderentes do Apostolado Positivista, sua atuação era por meio de uma estratégia que privilegiava o convencimento e influência de governantes, com envio de publicações, imagens e cartas que, muitas vezes, eram publicadas nos jornais e nos folhetos da própria Igreja. Essas publicações eram os principais veículos de comunicação que o Apostolado detinha para influenciar cidadãos, promover críticas ao Governo, responder aos críticos e corrigir "erros de interpretação" do Positivismo (Leal, 2003, p. 3).

Os positivistas da Igreja, segundo eles mesmos, não tiveram participação direta no levante militar que proclamou a República, e nem na sua conspiração. Porém, apoiaram o novo regime, pois, além de inevitável, consideravam-no uma evolução do regime anterior. Tentaram então influenciar os rumos da República de duas formas. Primeiramente, por meio de aconselhamentos ao chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, sendo que, de acordo com os positivistas, não foram atendidos em suas sugestões. Porém, "em mensagem enviada a Deodoro, dois dias depois da proclamação, (...) [propuseram] o lema Ordem e Progresso, como resumo de todo programa republicano e, quatro dias após a proclamação, saiu o decreto de adoção da nova bandeira brasileira, desenho e lema proposto pelos mesmos positivistas" (Leal, 2003, p. 5). A segunda forma de tentativa de influência foi por meio de uma proposta de constituição, elaborada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, publicada em 1890, com o título: *Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a república Brasileira*[7]. Apesar de contemplada em algumas de suas teses, a proposta da Igreja Positivista foi rejeitada pela maioria dos constituintes de 1891 e acaba sendo aprovada uma Constituição, em fevereiro de 1891, "cujo projeto foi proposto pelo monarquista Rui Barbosa que, aderindo à República, busca inspiração no modelo

[7] Uma síntese do espírito dessa proposta pode ser encontrada em (Trindade, 1999, pp.124-126)

presidencialista dos Estados Unidos da América" (Trindade, 1999, p. 126). Esse fato é confirmado nas palavras do próprio Miguel Lemos, que, embora enfatize a derrota de suas idéias, não deixa de assinalar algumas conquistas em sua Advertência Preliminar, constante do livro *A Ditadura Republicana*, de Jorge Lagarride:

> Tais esforços não foram de todo improdutivos, e sem descabida vangloria podemos atribuir-nos legitimamente a adoção de medidas importantes, sobretudo as que se referem à liberdade espiritual. Bastará citar entre estas últimas a separação da Igreja do Estado, que, ousamos afirmá-lo, não se teria efetuado até hoje, se não fosse a influência positivista.
>
> Na questão, porém, da organização política propriamente dita, a corrente derivada da imitação empírica dos Estados Unidos prevaleceu sobre a nossa orientação, e o resultado foi que tivemos novamente, sob o rótulo de regime presidencial, o domínio da metafísica parlamentar (1957, p. 5).

Embora derrotados em âmbito federal, os positivistas religiosos do Apostolado, conseguiram um maior êxito no plano regional, na Constituição da República Riograndense. Sob a liderança de Júlio de Castilho lograram, em linhas gerais, aprovar suas idéias na referida Constituição, promulgada em julho de 1891, apenas alguns meses após a aprovação da Constituição Nacional.

Nessa Constituição Regional não se utilizou o termo *ditador*, adotando-se a terminologia da Constituição Federal, mas a concentração de poderes do chefe do executivo era a mesma da proposta de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Além de contar, ainda, com um processo de elaboração de leis, propostas pelo executivo e confirmadas pelas autoridades locais, assim como com uma *Assembléia de Representantes*, com encargos meramente orçamentários (Trindade, 1999, p. 127).

A já referida produção editorial da Igreja Positivista era feita em sua gráfica própria, com contribuição financeira de seus membros. Além de serem enviados aos governantes e legisladores, de modo a influir nos destinos do novo regime político, esses textos, gravuras, folhetos e livros, podiam ser adquiridos na sede da Igreja. Outro ponto de suma importância de iniciativa dos positivistas ortodoxos do Apostolado foi "a encomenda, ou incentivo, de grande número de obras artísticas, não só para culto religioso, mas também para culto cívico, como bustos, bandeiras, monumentos públicos, mausoléus fúnebres" (Leal, 2003, p. 5).

Talvez tenha sido essa a principal contribuição da Igreja Positivista na consolidação da República Brasileira, ou seja, embora tendo sido derrotados na criação do sistema político, implantado no período a que se convencionou chamar de República Velha, os positivistas estiveram fortemente empenhados em todas as

batalhas simbólicas, que ocorreram para construção do imaginário republicano, com relativo sucesso, conforme descrito abaixo:

> A presença de um positivista como Benjamin Constant entre os proclamadores da República fora um golpe de sorte, mas cairia no vazio se a propaganda não levasse adiante a tarefa do convencimento. Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. Daí sua luta pelos monumentos, pelo mito de Tiradentes, pela bandeira republicana (...)
>
> A mesmas condições sociais que levaram os ortodoxos a acreditarem que o papel de protagonista político caberia às classes educadas fizeram com que sua influência maior fosse exercida sobre as elites. Mas, nos casos em que sua ação política encontrou apoio nas tradições populares, cabe-lhes o mérito de ter contribuído de maneira substantiva para a construção do pouco que subsistiu de imaginário republicano (Carvalho, 2002, p. 140).

Procurou-se enfocar aqui a participação dos positivistas na Proclamação da República, sem perder de vista os objetivos deste trabalho, mas não se pode deixar de citar que havia uma decadência do Império, acentuada a partir da década de 1870. Além disso, havia uma perda progressiva de sua base de sustentação política, econômica e social, agravada a partir dos anos 80 do século XIX, por vários fatores, entre os quais as lutas pela abolição dos escravos e a intensificação dos movimentos republicanos. Esse aumento da participação no movimento, contra o regime vigente, fez com que se multiplicassem "os clubes e jornais por todo o país (chegando a um total de cerca de duzentos e setenta e três clubes e setenta periódicos), bem como os diretórios partidários" (Basile, 2000, p. 289).

Também não se pode ignorar que, rapidamente, o entusiasmo com as idéias positivistas arrefeceu, pois não contavam com a simpatia dos velhos políticos do passado, nem com a dos que se acomodavam facilmente às exigências da nova situação. A propaganda em favor da República ditatorial, de inspiração comteana, não podia inspirar simpatia nos políticos liberais de tradição monarquista, que se haviam apoderado da jovem república, constituindo-se em oposição aos políticos positivistas.

Faz-se, a seguir, uma análise sintética dos outros personagens, que não aderiram de alguma maneira ao movimento positivista.

Nem na luta pela República, tampouco na sua formação, houve uma corrente ideológica monolítica, que norteasse os passos de seus adeptos. O republicanismo, teve como marco o Manifesto Republicano que, no Rio de Janeiro, em 1870, devido à insatisfação de setores da elite com o regime monárquico, angariou assinaturas de advogados médicos, professores e

engenheiros e funcionários públicos. Esse movimento terminou por se dividir em duas tendências: uma, majoritária, liderada por Quintino Bocaiúva, advogava uma transição pacífica, aguardando, se possível, a morte de Dom Pedro II; outra, capitaneada por homens como Lopes Trovão e Silva Jardim, defendia uma revolução popular para se alcançar a república. Apesar da agitação e da grande participação em propaganda e na imprensa, esses grupos do Rio nunca conseguiram se constituir em partido político (Fausto, 2002, p. 128).

Outro fato de grande destaque foi a criação, em São Paulo, de um movimento republicano conservador. Seus principais representantes vinham da nova elite agrária, que surgiu com a expansão da cultura do café, principalmente no oeste paulista. Em 1873, fundaram o Partido Republicano Paulista - PRP, cuja principal bandeira era a descentralização administrativa, no lugar da excessiva centralização do Império, permitindo a criação de uma República Federalista. Com isso, dar-se-ia aos estados maior autonomia econômica e política, o que, obviamente, favoreceria os estados mais ricos, como era o caso de São Paulo, que se julgava prejudicado quanto à sua representação no parlamento e no executivo. Outra característica importante desse republicanismo paulista do PRP, que o diferenciava sobremaneira ao do Rio de Janeiro, era o pouco interesse dado às liberdades civis e políticas, além de não ter uma política claramente definida sobre a escravidão, a qual se evitou discutir até as vésperas da abolição dos escravos (Fausto, 2001, p. 127).

Embora houvesse essas diferenças entre as diversas correntes republicanas, em realidade, como já discutido, elas tiveram pouca influência no golpe de 1889. É claro que vários fatores sociais, políticos e econômicos, vividos na época pelo Império Brasileiro, permitiram o sucesso dos militares que proclamaram a República. Mas é fato também que o golpe não era uma fatalidade e que os acontecimentos poderiam ter ocorrido de outra forma, até mesmo não acarretando a mudança de regime, mas a implantação, por exemplo, de uma forma de Monarquia mais liberal e com menos poderes ao Imperador.

Concluindo, pelo até aqui exposto, fica óbvio que não se pode falar do Positivismo no Brasil, mas sim, de cientificismos, adaptados à formação, interesses e temperamentos de seus adeptos. O que realmente predominava era uma mistura eclética de várias correntes cientificistas, que compunham o clima geral do século XIX, sendo o Comtismo, em que pese sua fundamental

importância, mais uma dessas doutrinas. Apesar disso, muito provavelmente, a corrente de maior repercussão nesse "bando de idéias novas" tenha sido o Positivismo, ramificado em suas diversas nuances, a partir da obra de Augusto Comte. Podia-se encontrar desde ortodoxos membros da Igreja Positivista até a dissidência inspirada em Littré, que só aceitava a primeira parte da obra de Comte, rejeitando a Religião da Humanidade, a dos positivismos ingleses de Stuart Mill e de Spencer. Malgrado o Apostolado Positivista tenha sido mais perceptível na propaganda positivista, assim como no imaginário que se formou a respeito da Proclamação da República, foram os positivistas independentes os principais responsáveis pela "atmosfera carregada de positivismo difuso" (Lins, 1967, pp. 11-12). Assim, o Cientificismo, doutrina dominante, principalmente no final do século XIX, iniciou-se com a chegada do Comtismo e se desenvolveu em suas diversas tendências, a partir da chegada de outras correntes de pensamento, que priorizavam o método científico na busca de conhecimento. Porém, o Positivismo de Comte continuou sendo o principal inspirador dos cientificistas. Celso Castro retrata muito bem essa idéia - referindo-se aos alunos da Escola militar, mas que, na realidade, pode-se extrapolar para a grande maioria dos cientificistas brasileiros - ao descrever a importância de Comte:

> O cientificismo predominante (...) reservava a Comte a nobre posição de uma espécie de 'pai fundador' do culto à ciência, além da exaltação de suas qualidades morais e do reconhecimento de uma maestria inigualada em assuntos matemáticos. Mesmo para os alunos conhecedores de teorias mais 'modernas', Comte encarnava o protótipo de uma pessoa dotada de 'espírito científico (Castro, 1995, p. 72).

4.4.
A decadência

A grande dificuldade em se falar em decadência do Positivismo é a quantidade de interpretações que essa palavra pode assumir. Referindo-se ao Positivismo Ortodoxo do Apostolado, o seu auge aconteceu nos primeiros anos após a Proclamação da República. Embora não tivesse tido a influência necessária na constituinte de 1891, com sua propaganda de certo modo eficaz, ajudou a formar as memórias sobre a República, que se cristalizaram na historiografia oficial, bem como na consciência coletiva dos brasileiros. Não obstante tenha sido muito ativo, principalmente a sua liderança, o Apostolado Positivista nunca foi maioria mesmo entre os Comtistas e teve, durante a sua época de maior prestígio,

um número pequeno de subscritos, atingindo seu número máximo, em 1902, de 263 membros, conforme demonstra o quadro abaixo, elaborado a partir de (Costa, 1956, p. 48 e p. 91):

1890 – 159	1897 – 195	1904 – 202
1891 – 174	1898 – 209	1905 – 226
1892 – 220	1899 – 208	1906 – 222
1893 – 193	1900 – 224	1907 – 203
1894 – 197	1901 – 241	1908 – 235
1895 – 181	1902 – 263	
1896 – 194	1903 –228	

(Quadro 1)

Os positivistas que não participavam da Igreja Positivista, ortodoxos ou não, que aceitavam toda obra de Comte ou só sua primeira parte, ou mesmo tendo em Comte apenas o mentor principal da visão cientificista do mundo, tiveram grande importância na educação brasileira, notadamente nas escolas militares e faculdades em que prevalecia o ensino técnico-científico, como na Politécnica.

Esses positivistas viram sua importância aos poucos ser arrefecida por alguns fatos ocorridos, de acordo com Antonio Paim, no fim da denominada República Velha (1889-1930), como os descritos a seguir:

> 1 - A elite científica do país rompe com o positivismo e enterra as interdições que fatalmente acabariam levando-a ao completo alheamento do curso seguido pela ciência do século XX. A evidência da nova circunstância é a visita de Albert Einstein (1879-1955) ao Brasil, em maio de 1925, e os incidentes que a oportunidade enseja;
> 2 - A intelectualidade brasileira é ganha para a idéia de Universidade, elaborando-se um projeto acabado – resumido no livro *O problema universitário brasileiro* (1929), que reúne a documentação de inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação – do que deveria ser a instituição.
> 3 - A hegemonia positivista do ensino secundário é contestada no estabelecimento-modelo, o Colégio Pedro II, determinando a Congregação, em 1925, a substituição do programa de filosofia que vinha sido ministrado por Agliberto Xavier;
> 4 - Através de João Arruda, o grupo positivista ilustrado de São Paulo retoma o contato com a tradição liberal do Império, no livro *Do regime Democrático* (1927); e,
> 5 - Com a morte de Raimundo Teixeira Mendes, em 1927, e o sucesso da pregação de Jackson Figueiredo, criam-se as condições para a volta do magistério moral às mãos da Igreja Católica (1980, p. 335).

Mantendo-se o foco no escopo deste trabalho, serão discutidos os dois primeiros itens da citação.

Os positivistas comteanos tinham grande influência no pensamento e no discurso dos Engenheiros, Médicos e Bacharéis em Ciências Naturais, principalmente nos estudiosos da Matemática. E foi desse mesmo meio, mais especificamente, da Escola Politécnica, que surgiram as primeiras reações às suas concepções. Foram de Otto Alencar (1874-1912), ex-positivista, que chegou mesmo a freqüentar o Apostolado, as primeiras críticas ao Positivismo de Comte, no que tange à sua visão e produção da Matemática, arrebanhando discípulos da importância de Amoroso Costa, Lélio Gama, Teodoro Ramos, Roberto Marinho de Azevedo e outros. Foi esse grande matemático brasileiro o autor do polêmico artigo *Alguns erros de Matemática na Síntese Subjetiva de A. Comte*, publicado em 1898, na Revista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Trata-se de um artigo técnico, sem considerações sobre a filosofia de Comte, mas que demonstrava alguns erros em Matemática do, segundo a visão religiosa de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, "infalível" filósofo francês Auguste Comte. Essa publicação provocou muitas reações "(...) inspiradas talvez mais pela fé do que pela razão, mas tratava-se de geometria e as suas objeções eram irrefutáveis" (Costa, 1971, p. 71).

Amoroso Costa (1885-1928) foi quem melhor traduziu a reação a Comte no ensino das ciências exatas que, segundo ele, ia contra os principais desenvolvimentos das Matemáticas e Ciências Naturais, ocorridos no final do século XIX e início do século XX. Esse seu pensamento está bem sintetizado em sua conferência sobre Otto de Alencar, realizada na Escola Politécnica, em 29 de abril de 1918. Foi nessa conferência que Amoroso Costa resumiu, de forma brilhante, o seu pensamento sobre a visão matemática de Auguste Comte:

> Aceitar a *Síntese Subjetiva* é rejeitar toda obra matemática do século passado [XIX], a obra de Gauss e de Abel, de Cauchy e Riemann, de Poincaré e de Cantor. Ao passo que o primeiro tomo da Filosofia Positiva é um quadro magistral da ciência matemática em fins do século XVIII, a Síntese, escrita quando Comte já estava seduzido pela sua construção sociológica, é uma das tentativas mais arbitrárias, que já foram feitas, de submeter o pensamento a fronteiras superficiais (Costa, 1971, p. 71).

Há dois fatos de grande importância na crítica que as elites científicas passaram a realizar sobre a filosofia positivista de Comte. A primeira diz respeito à fundação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 3 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, com o nome Sociedade Brasileira de Ciências, alterado em 1921 para sua atual denominação. A segunda, alguns anos depois, mais

precisamente em 18 de novembro de 1926, foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), também no Rio de Janeiro, liderada por Heitor Lira, Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Amoroso Costa teve participação efetiva em ambas. Na ABC, a maior bandeira era a luta pela modernização do ensino das Ciências, assim como da pesquisa científica, caso já relatado de Otto de Alencar e Amoroso Costa. Com relação à ABE, no contexto deste trabalho, merecem relevo as discussões fomentadas pelas Conferências Nacionais e Inquéritos que patrocinava, na busca de uma universidade moderna, pautada pela pesquisa e criação de conhecimento novo, o que ia contra o pensamento Positivista, que defendia as faculdades profissionalizantes.

Faz-se necessário, no entanto, relativizar essa contestação ao Positivismo, uma vez que, de fato, a luta é contra o Comtismo, em suas diversas feições, e não especificamente contra o Positivismo, pois, mesmos esses cientistas "mais modernos", compactuavam da visão de mundo que se pode chamar de positivista. Antonio Paim (1971, pp. 39-630), aliás, cria a denominação de neopositivistas - que nada tem a ver com o pensamento do denominado Círculo de Viena, ou seja, o empirismo lógico - para esses críticos institucionais do Comtismo. De acordo com Luiz Otávio Ferreira, o certo "seria entender que Otto Alencar, Amoroso Costa, Henrique Morize, Lélio Gama, Roberto Marinho de Azevedo, Felipe dos Santos ... orientaram-se por um 'positivismo espontâneo da ciência' na linha de Claude Bernard que criticava duramente a doutrina comteana" (1989, p. 30).

Essa visão fica bem clara nas palavras do próprio Amoroso Costa, proferidas na já citada conferência de 1918:

> Nenhuma outra construção humana tem a unidade e a harmonia da ciência matemática; nenhuma a iguala na solidez e no equilíbrio perfeito da estrutura, na delicadeza dos detalhes.
>
> No domínio puro, ela considera noções prodigiosamente abstratas, que são as raízes profundas do conhecimento. Sob outro aspecto, é um instrumento incomparável de pesquisa; o estudo de um fenômeno só tem a ganhar quando ele pode ser posto em equação ou reduzido a números (1971, p. 86).

Esse confronto entre os positivistas comteanos como Licínio Cardoso, Aarão Reis, Paulo de Frontin, Eugenio Raja Gabaglia etc. e os intelectuais da Academia Brasileira de Ciências não

> descaracterizava o positivismo instituído no ensino politécnico. Ao contrário, serve para atualizá-lo diante dos avanços da ciência nas primeiras décadas do século XX e, o que é mais importante, o revigora como ideologia

fundamental à consolidação dos cientistas enquanto categoria social (Ferreira, 1989, p. 31).

Paradoxalmente, o Positivismo comteano serviu de base para o desenvolvimento de uma classe de cientistas, que era sua adversária, preocupada com a ciência pura e desinteressada quanto à atualização do ensino científico no país. Essa visão idealista da ciência é ainda predominante nas nossas faculdades de Engenharia e de Ciências Naturais. E mais, esses cientistas mais modernos e "puros" acabaram por criar uma nova concepção de ensino científico, sendo certo que essa nova "educação científica" não se mostrou mais democrática do que a criada pelos adeptos de Comte, uma vez que foi

> o positivismo [que] forneceu os conteúdos ideológicos necessários à formação de uma categoria social de cientista. O modelo de intelectual concebido pelo positivismo, neutro, objetivo, preciso; reformador social ou indiferente às questões sociais fez escola entre aqueles que pretendiam ser reconhecidos como cientistas (Ferreira, 1989, p. 152).

A historiografia tradicional, originada na interpretação de Fernando de Azevedo, e adotada por Simon Schwartzman, Stepan Nanci e Ângela Porto, afirma que o Positivismo influenciou muito pouco, ou mesmo em nada, o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. Isso se deve, principalmente, ao fato de que foi o Positivismo religioso e político, e não as idéias científicas de Comte, é que teve maior disseminação entre os intelectuais brasileiros, fazendo com que o Positivismo aqui adotado tenha contribuído muito pouco para a criação de um espírito verdadeiramente positivo e científico. Não obstante, o autor desta tese concorda com Luiz Otávio Ferreira (1989), que critica essa visão, por meio de dois argumentos.

Primeiramente, como visto no terceiro capítulo, a obra de Augusto Comte constitui um sistema coerente "onde ciência, política e religião positivas estão articuladas em função da idéia de reorganização da sociedade". Dessa forma, a negação de uma das partes da doutrina de Comte em favor da outra, que seria mais científica e menos precária e efêmera, corresponderia à aceitação dessa fração, ou seja, o Curso de Filosofia Positiva, e não significaria de fato a apresentação de uma crítica profunda ao comtismo (Ferreira, 1989, p. 45).

Em segundo lugar, como visto nos itens anteriores, não se pode desprezar o Positivismo infiltrado nas escolas militares e politécnicas, as quais tiveram grande importância na disseminação, além do citado Comtismo, de diversas correntes

cientificistas importantes na construção de uma mentalidade que influenciou até mesmo os grandes críticos do Positivismo de Comte, agrupados na Academia Brasileira de Ciências (Ferreira, 1989, pp. 45-46).

A responsabilidade pela inibição do desenvolvimento da pesquisa no Brasil, não seria, assim, do Positivismo religioso e político, mas sim do

> baixo desenvolvimento das forças produtivas, conseqüência natural de uma economia fundada, inicialmente, no trabalho escravo e na monocultura de exportação e incipientemente industrializada, além da dupla dependência brasileira, a econômica e cultural, em relação aos centros hegemônicos de produção de então: Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos (Ferreira, 1989, p. 46).

Apesar dessa decadência do Comtismo, vale ressaltar que algumas das idéias do Positivismo continuam vivas até hoje. A manutenção dessas idéias deve-se, principalmente, aos chamados positivistas independentes, uma vez que

> (...) o positivismo como seita religiosa foi recusado pela maioria, com raras exceções, como Pierre Lafitte (que exerceu grande influência no positivismo da América Latina). Outros, como Littré, Stuart Mill, Spencer, Taine, guardaram do positivismo de Comte, cada um a seu modo, a proposta de uma filosofia e uma metodologia da ciência.
>
> (...)
>
> De qualquer modo, as idéias positivistas sobrevivem ainda hoje: a recusa e o desprezo pela metafísica; a valorização extremada do fato, da experiência e da prova; a confiança sem reservas da ciência; o esforço por dar "forma" científica ao estudo dos fenômenos sociais; a proposta de uma sociedade científica, planejada e organizada, prevista e controlada em todos os seus níveis (Simon, 1999, pp. 128-129).

E no campo político, o que ocorreu com as idéias da Ditadura Republicana de Comte? Como já frisado, embora os positivistas não tenham logrado aprovar todas as teses que defenderam na Constituinte de 1891, eles continuaram a influir nos destinos da Nação. É o que se vê da participação da geração de gaúchos que subiram ao poder, na revolução de 1930, inclusive do próprio Getúlio Vargas, que

> (...) pronunciou a oração fúnebre em louvor de Júlio de Castilhos. Contava, então, vinte anos de idade. A presença Comteana é tangível na sua formação ideológica: executivo forte, escasso apreço pela instituição parlamentar, austeridade no trato das finanças públicas, apoio à nacionalização dos serviços públicos e de empresas de interesse estratégico; enfim, mediação do governo nas relações entre capital e trabalho, concretizada nas leis que promulgou desde o governo provisório com a criação do Ministério do Trabalho. O novo órgão foi confiado a um positivista histórico, Lindolfo Collor (Bosi, 2003, pp. 46-47).

Essa herança autoritária, sem entrar em detalhes, também esteve presente no golpe dado pelos militares em 1964, cuja ideologia de segurança nacional pode ser vislumbrada no trecho a seguir:

> Com a evolução da república, se não se fala mais no positivismo, é que seus termos foram substituídos por novos. "Ordem e Progresso" estão caracterizados como "segurança e desenvolvimento". O apoio norte-americano vem reforçar esses ideais através da elaboração de doutrinas como a da segurança nacional. Os problemas são os mesmos. No início da república, o problema era livrá-la do atraso secular, hoje é livrá-la do subdesenvolvimento, porque, segundo os teóricos, ela é a nação chave da América latina para a defesa do Ocidente. À ESG coube a adaptação da doutrina aos novos tempos. O objetivo é o mesmo: acelerar o progresso, mas manter a continuidade sócio-econômica (Bergo, 1979, p. 161).

Dessa forma, o Positivismo de Comte, apesar de ultrapassado, principalmente, na sua versão ortodoxa, teve grande influência no pensamento e na sociedade brasileira, além de ter servido de base para os desdobramentos que ocorreram no século XX, tanto no desenvolvimento científico do país, quanto em sua história política. Assim, como disse Otto Maria Carpeaux: "(...) a história, movimentando-se em espirais dialéticas, nunca acaba, e a história do positivismo ainda não acabou" (1955, p. 125).

4.5.
Algumas reflexões finais

Angela Alonso, em seu artigo *De Positivismos e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*, faz uma classificação das avaliações sobre a influência do Positivismo no Brasil. Ela divide essas avaliações em três momentos históricos, gerando três visões distintas:

> (a) a que ocorreu no calor da hora, quando se constitui uma espécie de guerra ideológica em torno da construção da interpretação canônica do positivismo, movimento, portanto, de propaganda e contrapropaganda; (b) aquela que se produziu como explicação retrospectiva, ainda impactada negativamente pela influência do movimento nos primeiros anos da república; (c) as explicações mais recentes e também mais isentas, que procuram encontrar o sentido e a funcionalidade do positivismo em seu contexto (Alonso, 1996, p. 112).

A respeito desse **primeiro momento**, fins do século XIX e início do século XX, denominado pela citada autora de *A Construção do Dogma*, foi realizada uma breve análise, neste capítulo, ou seja, no tocante à atuação das diversas tendências que disputaram a primazia do movimento positivista, com destaque para os militares, cuja atuação desembocou no golpe que instituiu a República no Brasil. Segundo Alonso, essa foi uma época de disputa entre as diversas correntes do cientificismo, como o Positivismo (em suas diversas vertentes), o Spencerianismo e o Darwinismo Social. O que teria ocorrido seria a "vitória" do Apostolado Positivista, liderado por Miguel Lemos, nessa luta ideológica travada, com a

criação de uma versão no sentido da existência de um Positivismo verdadeiro, expressão fiel das obras de Auguste Comte. Essa versão foi largamente utilizada pelos intérpretes posteriores, que abraçaram a idéia de que a Igreja Positivista representava o "Positivismo verdadeiro", ortodoxo, e os demais, denominados de littreístas, sofistas, representavam os positivistas heterodoxos (Alonso, 1996, pp. 116-117). Até hoje, essa visão é predominante no senso comum, quando se fala em Positivismo.

O **segundo período,** denominado por Alonso de *Reação e Crítica* – décadas de 30 a 50 do século XX, caracteriza-se, principalmente, pela rejeição crítica de vários ensaístas importantes, no momento de declínio da influência positivista. Houve um movimento mais de rejeição que de análise, porém ainda muito influenciado pela visão do período anterior, que centralizou a Igreja Positivista no movimento mais geral. Assim, esses intelectuais fizeram a "extrapolação" da atuação e propaganda ideológica do Apostolado para todas as correntes positivistas brasileiras (Alonso, 1996, p. 117).

Alonso incluiu entre os intelectuais que fizeram parte dessa segunda onda interpretativa, Sérgio Buarque de Holanda, que, a partir de textos de Teixeira Mendes, Miguel Lemos e de Benjamin Constant, ou seja, ligados ao próprio Apostolado, desqualifica o Positivismo, junto com o Romantismo e o Liberalismo, afirmando "ser todos eles 'formas de evasão da realidade', destinados mais ao ornato discursivo do que à prática política" (Idem, ibdem). Outro autor citado foi Oliveira Torres, que escreveu "a primeira análise mais detida, e também uma das mais parciais do positivismo brasileiro" (Idem, p. 118), em 1941, em seu *livro O Positivismo no Brasil.* Nessa obra, Torres, embora inclua outros positivistas, além dos participantes da Igreja Positivista, conclui que o Positivismo no Brasil teve uma feição basicamente religiosa, o que torna o seu trabalho, ainda, tributário da história criada por Miguel Lemos, além de ser um trabalho destinado mais a combater e desqualificar do que analisar o Positivismo, que "considerava um inimigo perigoso a ser destruído" (Idem, ibdem). Otto Maria Carpeaux, comentando o livro de Torres, em um artigo publicado na Revista Brasileira de Filosofia, coloca algumas restrições à citada obra, que podem ser resumidas da seguinte maneira: alertou para a existência de vários positivismos, chamando a atenção para o fato de o autor ter confundido Comtismo e Positivismo; percepção do Positivismo não só como uma ideologia burguesa, mas

também como "gêmeo de um seu adversário, o espiritualismo – 'um positivismo às avessas'"; a consideração de que o positivismo, na realidade brasileira, tinha funcionalidade, isto é, era "fruto mais de interesses que de ignorância"; e, por fim, "inaugura também a tentativa de identificar a extração social dos positivistas, o que será uma obsessão da bibliografia daqui em diante" (Alonso, 1996, p. 119). Dessa fase, a mais consistente interpretação talvez tenha sido a de Cruz Costa, principalmente em sua obra *Contribuição à História das idéias no Brasil*, em que, malgrado ter se baseado primordialmente no Positivismo do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no Apostolado, o autor aprofunda, tanto a concepção funcionalista do Positivismo no Brasil, quanto o interesse pela origem social dos positivistas, encontrada no artigo de Carpeaux (Idem, ibdem).

A **terceira e última categoria** considerada por Alonso, de 1959 em diante, foi denominada de *Explicações Funcionais*. Suas características são encontradas tanto em Carpeaux quanto em Cruz Costa, cujas obras podem ser consideradas como elementos de transição entre a segunda e a terceira ondas explicativas do Positivismo brasileiro. O autor que teria inaugurado essa fase foi Roque Spencer que, com sua categoria "Ilustração Brasileira", procurou valorizar o contexto na reconstituição da importância histórica do Positivismo, discordando do "secreto horror à nossa realidade", de que falava Sergio Buarque de Holanda. Os positivistas, que Roque Spencer se preocupou em considerar em suas distintas vertentes teóricas e correntes regionais, "teriam um pendão específico para a prática política e sua doutrina estava a serviço desta possibilidade de intervenção". Ivan Lins, positivista assumido, em sua obra *História do Positivismo no Brasil* (1964), em que apresenta uma quantidade muito grande de novos documentos sobre o tema, tinha como principal objetivo mostrar a participação dos positivistas independentes. Sua obra é mais descritiva que sociológica, com análises pautadas em Cruz Costa. Nesses dois autores, a interpretação da atuação dos positivistas na realidade brasileira pautava-se pela avaliação da aceitação dos dogmas e da filiação doutrinária. A partir do ensaio de Tocary Bastos, *O Positivismo e a Realidade Brasileira* (1965), é enfatizada a corrente que avalia o Positivismo como ideologia de um certo grupo social, ou seja, "o destino da doutrina positivista passa a ser avaliado a partir da trajetória do grupo social que aderiu a ela". Antonio Paim, a partir de 1966, escreve alguns ensaios que reafirmam a existência de várias correntes positivistas, mas retoma o "mal-estar" ante o

Positivismo, enfatizando o seu caráter conservador e retrógrado. Contudo, em seus trabalhos mais recentes descobre uma vertente, que não é necessariamente conservadora, mas que enfatiza a pedagogia política, de caráter iluminista, que Paim denominou de "Positivismo Ilustrado". Tocary Bastos arrebanhou mais seguidores, como por exemplo, Robert Nachman, que procura mostrar que o Positivismo foi uma ideologia de classe média, e Ricardo Vélez Rodrigues, que trata especificamente da linhagem gaúcha, encontrando "como fundamento comum dos governos de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e do primeiro Vargas as normas do *Apelo aos Conservadores* de Comte" (Alonso, 1996, pp. 120-122).

José Murilo de Carvalho, em seu livro *A formação das Almas* (1990), e Alfredo Bosi, na *Dialética da Colonização* (1992), trazem inovações na análise do Positivismo no Brasil. O primeiro reforça o argumento da funcionalidade do Positivismo brasileiro, analisando a atuação do Positivismo ortodoxo, da Igreja Positivista, na formação do imaginário social do regime republicano. O segundo, apesar de manter a interpretação de Miguel Lemos quanto à classificação dos positivistas, propõe uma nova interpretação, na verdade, um desdobramento das alegações de Vélez Rodrigues. Afirma em sua obra que foi criado um estado de previdência nascido "da polaridade comtismo gaúcho/liberalismo paulista" (idem, p. 123).

Após a avaliação dessas várias formas de interpretação do Positivismo na história do Brasil, a autora do artigo procura realizar um balanço dessas várias perspectivas. Inicialmente, destaca a dificuldade da tarefa:

> Como vimos, há uma série de dificuldades em definir as características que compõem um positivista. Parte dos intérpretes enfatiza a fidelidade doutrinária como critério, o que significa endossar a propaganda de Lemos, isto é, assumir a versão construída por uma das muitas correntes positivistas como a verdadeira. Outra parte vê os positivistas como a vanguarda de uma pequena burguesia em formação, o que não lhes acentua a singularidade. Ambas as perpectivas insistem na construção de um critério único para tratar partes distintas do movimento positivista.
>
> Creio que o positivismo não pode ser tomado monoliticamente; para entender suas divisões no Brasil, o mais relevante não é estabelecer graus de fidelidade à matriz de pensamento européia que chegou ao país, até porque ela já se encontrava dividida na própria França (Alonso, 1996, pp. 123-124).

Alonso procura apresentar algumas características que permitem classificar um intelectual como participante do movimento positivista. A primeira particularidade é que os positivistas estão incluídos em uma categoria mais ampla

denominada cientificismo, cujos componentes "comungam a crença na capacidade da ciência em descobrir as leis que regem os fenômenos sociais e de fornecer instrumentos de explicação e de intervenção na realidade". Por outro lado, o que diferencia os positivistas dos outros cientificistas é "um exacerbado senso de missão social", além de se considerarem vanguarda, na luta em prol do bem estar coletivo, mesmo contra seus interesses particulares. Essa forma de encarar a realidade estava embasada na visão de Comte de que todas as questões políticas, econômicas e culturais deveriam ser consideradas como problemas sociais, a serem "solucionados cientificamente pela *physique sociale*, a Sociologia". Em suma, todos os positivistas eram tributários da "teoria da ciência de Auguste Comte, como também [de] seu relativismo e [d]a unidade metodológica das ciências" (Alonso, 1996, p. 124).

Outra particularidade dos positivistas, em relação aos demais cientificistas, é que, embora todos tenham se colocado ao lado dos cientistas contra os bacharéis e literatos, eles possuíam uma "vocação modernizadora" que, aliás, os distinguia dos positivistas franceses ou latino-americanos. Todos eram contra a Monarquia, bem como as elites que a sustentavam. O Positivismo serviu, assim, para forjar uma crítica dos "setores ascendentes" às elites políticas imperiais (idem, ibdem).

Alonso salienta que, na origem social de seus membros, encontra-se a maior dificuldade classificatória:

> De um modo geral, (...) as explicações incidem no tratamento de todos os positivistas como oriundos de uma pequena burguesia urbana. No que diz respeito ao grupo carioca, parece-me irretorquível tratá-los, como faz Carvalho (1990), como membro da contra-elite imperial, uma vez que eram, em sua maioria, técnicos, sobretudo médicos e engenheiros. Este critério, porém, não se aplica a todos os grupos: há um positivismo de corporação entre os militares; há os abastados – por exemplo Pereira Barreto, filho de fazendeiros, e Ribeiro de Mendonça, fazendeiro ele próprio -; como há muitos sem posses – é o caso de Lemos, Teixeira Mendes, que ascenderam socialmente pela via da educação. Isto é, há vários grupos positivistas e eles são diferenciados; é impossível, pois, tratá-los como se constituíssem uma única modalidade (Alonso, 1996, pp. 124-125).

Para Alonso, as discordâncias entre as diversas modalidades de positivismos no Brasil devem ser compreendidas, tanto na diversidade existente de formas de implementação do "modelo civilizatório" no Brasil, quanto nas características dos diversos grupos que reinterpretaram os escritos de Auguste Comte. Haveria, então, três grandes *locus* do Positivismo no Brasil: a Corte, o Rio Grande do Sul, e São Paulo (Idem, p. 125).

No Rio de Janeiro, prevaleceram duas correntes: a ortodoxa, do Apostolado, e a corporativista, formada pela elite da Escola Militar e decisiva na Proclamação da República. No Rio Grande do Sul, reinou a face política, que objetivava o poder do estado e a instauração da Ditadura Republicana. Finalmente, em São Paulo, onde a historiografia tradicional afirma a pouca influência positivista,

> floresceu um movimento intenso, conforme três correntes: a sucursal paulista da Igreja; os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, com atividade política como Silva Jardim, José Leão, Pedro Lessa, Alberto Sales e Aarão reis; e a via 'sociológica' de Pereira Barreto, a corrente predominante, que teve prática e obra positivistas e atuou doutrinariamente (Idem, ibdem).

O artigo é encerrado com uma crítica às correntes interpretativas do Positivismo no Brasil, pois, de acordo com a autora, nas classificações doutrinárias sobre o assunto deve ser levada em conta, principalmente, a capacidade de aplicá-las na realidade nacional e não da medida da adequação da obra dos autores brasileiros à Filosofia Positiva de Auguste Comte (Idem, p. 126).

Angela Alonso, pode-se afirmar, criou uma quarta vertente interpretativa com suas obras publicadas a partir do final da década de 90 do século passado. Essa corrente, que abarca seu referido artigo, além de seu livro *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império* (2002), pode-se denominar de *Crítica da Crítica*[8].

Partindo-se da já realizada análise de seu artigo, fica óbvio o porquê da escolha dessa denominação. Em seu livro *Idéias em Movimento*, ela procura enfrentar as diversas correntes de interpretação do movimento intelectual das últimas décadas da Monarquia, isto é, das idéias dos representantes da chamada geração de 1870 e, a partir disso, constrói sua própria explicação com um "notável esforço de pesquisa [que] vai constituir uma sociologia do pensamento" (Kulgemas, 2003).

Os movimentos intelectuais durante a crise do império já foram fartamente analisados pela historiografia brasileira. De acordo com Alonso, as diversas correntes interpretativas que brotaram dessas análises podem ser dispostas em duas grandes linhas: História das Idéias e Estudos de História Cultural e Ideologias de Classe.

[8] Denominação extraída de uma resenha de Robert Wegner (*A crítica da crítica do pensamento político*), sobre o citado livro de Angela Alonso.

Alonso aproxima Antonio Paim e Cruz Costa, considerando-os os principais representantes da primeira abordagem. Paim e seus seguidores privilegiam o valor heurístico das obras, ou seja, não consideram nada que seja exterior ao próprio campo de idéias. O objetivo central é mensurar a correlação entre o pensamento brasileiro e a filosofia universal, para que se possa avaliar o quanto de original existe naquele pensamento. Assim, o movimento intelectual brasileiro é formado por linhagens, representadas como "réplicas nacionais de linhas de pensamento europeu, compondo escolas de pensamento" (Alonso, 2002, p. 23). Por outro lado, Cruz Costa, apesar de ter a intenção de estudar como a civilização ocidental adaptou-se às condições americanas, não logrou realizar um trabalho sob uma perspectiva prática, com uma avaliação da ação política dos agentes envolvidos. Isso porque utilizou como material empírico textos organizados, como em Paim, por autores e escolas européias. Assim, essas duas linhagens, aqui representadas por Paim e Cruz Costa, com objetivos opostos, acabam por se encontrar em uma

> perspectiva da história das idéias [que] tomou por pressuposto que o objetivo central do movimento da geração de 1870 fosse a criação de uma filosofia, uma literatura e uma ciência nacional, e sua institucionalização acadêmica. Por isso, nem procurou possíveis conexões com a prática política, assumindo como um dado sua inclinação teórica e seu apoliticismo (Idem, p. 25).

A segunda abordagem, chamada pela autora de *Ideologias de Classe*, explica o movimento intelectual a partir da posição social de seus membros. Seus principais representantes são os já citados Nachman, Bosi e Carvalho. Tal linha de pensamento traz vantagens em relação à anterior, porque documenta "uma variedade de grupos se apropriando das novas doutrinas" (Idem , p.28), o que fica claro no texto a seguir:

> Quando comparada com as interpretações em termos de história das idéias, essa abordagem ilumina um fenômeno antes invisível: a *ação política* dos grupos 'intelectuais'. Bresciane (1976), por exemplo, evidencia que em São Paulo o debate doutrinário corria com atividade jornalística e pedagógica intensa. Carvalho (1990) mostra como a 'igreja positivista' desenvolveu a ação jacobina no começo da República. Mesmo período que Nachman (1972) demonstra que 'positivistas' atingiram cargos políticos de relevo (Idem, p. 29).

Alonso critica essas duas linhas de pensamento, pois ao primeiro

> falta contextualização social e política, e ao segundo sobra simplismo na busca da caracterização da produção intelectual da época, vista como expressão ideológica imediata dos interesses de grupos desconformes com o universo político e cultural do Império (Kulgemas, 2003).

Não se pretende aqui, é óbvio, apresentar a interpretação complexa e polêmica de Angela Alonso para o assunto, nem seus pressupostos teóricos, tampouco sua construção analítica, mas no seguinte trecho pode-se, ao menos, vislumbrar a importância e originalidade do livro em questão:

> Sem desprezar outros estudos, a autora procura estabelecer uma tipologia alternativa da geração de 1870 organizando-a em seis grupos: liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas (da Corte e de Pernambuco), federalistas (científicos de São Paulo e positivistas do Rio Grande do Sul). A esta altura, pode-se indagar sobre a vantagem de mais uma terminologia: não seria mais uma voz a se juntar em uma polifonia de interpretações sobre o fim do Império? Ocorre que no ato mesmo de nomear está presente a concepção que norteia toda a tessitura da obra: a impossibilidade de dissociar o movimento intelectual do político. Em geral, os grupos são caracterizados por uma variável intelectual e uma política, porém, isto não pode ser compreendido como duas caracterizações independentes ou mesmo em uma relação de determinação. Por exemplo, se um grupo for caracterizado como positivista abolicionista, não quer dizer que defendeu o abolicionismo porque abraçou idéias positivistas, ou, ao contrário, no ímpeto de acabar com a escravidão tenha procurado justificativas no ideário positivista. O ponto central é que tanto idéias quanto posição política são construídas ao mesmo tempo no processo de combate ao *status quo* imperial (Wegner, 2004, p. 814).

A finalidade deste capítulo é mostrar a importância das idéias cientificistas, com ênfase no Positivismo Comtiano, na formação do Brasil, a partir do segundo reinado, não obstante tenha sido necessário o retrocesso ao tempo das Reformas Pombalinas. Procurou-se, principalmente, apresentar as diversas formas de pensamento que norteiam a nossa historiografia, sem, no entanto, deixar de tomar partido, quando isso se fez necessário.